



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.719/2025
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Município de Porto Seguro**, por meio das Secretarias Municipal de Educação, Saúde, Administração e Assistência Social, neste ato representado pelo Sr. Tarcísio Oliveira Santos (Secretário Municipal de Administração), realizará seleção de Pessoa Jurídica, através de Credenciamento, com fulcro no artigo 78, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 79, inciso I da mesma Lei, no Decreto Municipal nº 15.263/2023, conforme as especificações abaixo:

1. DO OBJETO:

1.1. O presente edital tem por objeto o credenciamento para contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO**, conforme as especificações e condições constantes neste Edital, contemplando os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores fixados para a realização da prestação dos serviços.

1.2 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.2.1. ANEXO I - Termo de Referência.

1.2.2. ANEXO II – Formulário de inscrição ao credenciamento.

1.2.3. ANEXO III – Declarações do requerimento de credenciamento.

1.2.4. ANEXO IV – Minuta do termo de contrato ao credenciamento.

1.2.5. ANEXO V– Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

1.2.6. ANEXO VI – Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

1.2.7. ANEXO VII– Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

1.2.8. ANEXO VIII - Modelo de declaração do credenciado de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

1.2.9. ANEXO IX – Declaração de compromisso de disponibilização de ponto de apoio;

1.2.10. ANEXO X – Modelo de Relatório de Vistoria.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste processo licitatório Pessoas Jurídicas interessadas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de Pessoas Jurídicas:

2.2.1. Em formação de consórcio;

2.2.2. Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;



2.2.2.1 Em caso de empresas em recuperação judicial, admite-se a participação, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

2.2.3. Em dissolução ou em liquidação;

2.2.4. Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.5. Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 156, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021, e decretos regulamentadores;

2.2.6. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.2.7. Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8. Estrangeiras que não funcionem no País;

2.2.9. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2.10. Que não pertença ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação.

2.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do credenciado.

3. DO PROCEDIMENTO:

3.1. O procedimento obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei nº 8.078/1990 e Lei Complementar nº 123/2006.

3.2. É assegurado acesso permanente a qualquer interessado Pessoa Jurídica que preencha as exigências estabelecidas para o credenciamento, podendo realizar inscrição a partir das **08h:00 do dia 12/05/2026.**

3.3. A contratação será firmada por ato formal da autoridade administrativa competente, após o reconhecimento do cumprimento de todas as exigências estabelecidas, o que ensejará a subscrição do Termo de Contrato ao Credenciamento.

3.4 A prestação dos serviços será remunerada com base nos valores definidos nos Anexos deste Edital, ficando expressamente vedado o pagamento de qualquer sobretaxa em relação à tabela de remuneração adotada.

3.5. É vedada a cessão ou transferência do Termo de Contrato, total ou parcial, bem como a subcontratação parcial do objeto.

3.6. Para realizar o credenciamento a **Agente de contratação** poderá utilizar-se de assessoramento técnico ou jurídico, através de consultas em tempo real, podendo solicitar parecer técnico que integrará o processo.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1 O processo de credenciamento seguirá as seguintes etapas:

- a) Inscrição;
- b) Habilitação;
- c) Interposição de Recursos;
- d) Classificação;
- e) Convocação;
- f) Assinatura do Termo de Contrato;
- g) Publicação de Resumo do Termo de Contrato.



4.2. As três primeiras etapas correspondem ao processo de credenciamento, e as três etapas seguintes, à própria execução dos efeitos do credenciamento.

4.3. A divulgação da lista dos credenciados em sítio eletrônico oficial, não impõe à administração a obrigação de celebrar Termo de Contrato.

5. DA AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

5.1. O processo de Credenciamento será conduzido pela **Agente de contratação** do Município de Porto Seguro, Sra. Gabriela Valverde Bastos.

6. DO PROCEDIMENTO DO CREDENCIAMENTO:

6.1. DA INSCRIÇÃO

6.1.1. O Edital de credenciamento permanecerá **ABERTO PELO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS CORRIDOS**, a contar da data da sua publicação em Diário Oficial do Município e no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que a critério da Administração.

Justificativa: De acordo com o recente entendimento do TCU, no bojo do Acórdão n. 2192/2025-Plenário, “a expressão ‘cadastramento permanente de novos interessados’, contida no art. 79, parágrafo único, inciso I, da Lei 14.133/2021, não impõe que o certame permaneça indefinidamente aberto a novas inscrições, mas sim que, durante o prazo de inscrição fixado, não haja barreiras ao acesso dos interessados”. Além disso, o Tribunal de Contas da União também já estabeleceu que a escolha do prazo entre a publicação do Edital e a entrega dos documentos deve guiar-se pelo interesse público e pelo princípio da razoabilidade, considerando as peculiaridades do objeto e a urgência da contratação (Acórdão TCU n. 436/2020). No caso em apreço, por se tratar de serviços essenciais às Secretarias Municipais, o prazo estipulado de 15 (quinze) dias é razoável e isonômico, sendo certo que será dada toda publicidade necessária para prospecção do maior número de interessados, em conformidade com a Lei n. 14.133/21.

6.1.2. A inscrição será on-line, a partir das 08h00min do dia 12/05/2026 até as 08:00hs, do dia 27/05/2026, por meio da plataforma LICITANET, disponível no link: <https://portal.licitanet.com.br/login>.

6.1.3. Para inscrições realizadas até o dia 27/05/2026, será publicada a lista contendo o resultado parcial dos credenciados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sendo facultada à Administração a convocação dos credenciados para assinatura do contrato.

6.1.4. O requerimento de credenciamento (anexo II) e os documentos necessários à habilitação (item 6.2 e seguintes deste Edital) deverão ser enviados por meio eletrônico, através do sistema LICITANET, disponível no link: <https://portal.licitanet.com.br/login>, observando-se as datas indicadas nos itens 6.1.3 e 6.1.4.

6.2 DA HABILITAÇÃO

6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.2.1.1. Habilitação Jurídica para Pessoa Jurídica:

a) Cópia autenticada da Carteira de Identidade do Responsável Legal da empresa;



- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Cópia autenticada do ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- c.1) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;
- f) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- g) Decreto de Autorização, no caso de empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.2. Da HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes (municipal ou estadual), relativo ao domicílio ou sede do credenciado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal relativo ao domicílio ou sede da empresa;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- e) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
- f) Prova de regularidade relativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- h) O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

6.2.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, conforme o caso.

6.2.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente (**Prestação de serviços de manutenção de ar-condicionado ou aparelhos de refrigeração**), por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- b) Apresentação de registro válido do responsável técnico para a execução dos serviços no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em caso de Engenheiro mecânico ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), no caso de Técnico em refrigeração e ar-condicionado ou Técnico industrial.



c) Comprovar que dispõe de no mínimo **03 (três) equipes técnicas**, cada uma com 02 (duas) pessoas capacitadas para os atendimentos das demandas de suportes e serviços que abrangem as Secretarias Municipais.

c.1) Os profissionais indicados na alínea “c” deverão pertencer ao quadro permanente da empresa ou ser contratados como autônomos, mediante uma das seguintes formas: Carteira de Trabalho; Contrato Social; Contrato de Prestação de Serviços; Contrato de Trabalho registrado na DRT; ou Declaração por meio da qual o profissional assume o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa caso ela venha a ser contratada, e de apresentar a devida comprovação no ato da assinatura do contrato.

6.2.5. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentos incompletos, ilegíveis, com emendas, rasuras ou qualquer irregularidade, bem como aqueles que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.6. O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência do credenciamento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

6.2.7. Não poderá ser habilitada, a sociedade empresária que deixar de apresentar documentação prevista no item 6, ou deixar de prestar informações complementares solicitadas durante o processo de credenciamento pela **Agente de contratação**.

6.3. Documentações complementares:

a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

b) Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;

c) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;

e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Da classificação:

6.4.1. Após análise da documentação dos participantes, verificada sua regularidade, se o número de empresas superior ao necessitado, ordenará a classificação dos credenciados para fins de contratação, obedecendo o seguinte critério:

6.4.2 Critério de Distribuição: A Administração realizará diligências às empresas interessadas a fim de verificar in loco as condições técnicas de prestação dos serviços para melhor distribuição da demanda, devendo emitir parecer circunstanciado sobre o apurado (Anexo X do Edital).

6.4.3 Serão inabilitadas ou desclassificadas as interessadas que não atenderem, no todo ou em parte, às disposições deste Edital e seus anexos.



6.4.4 A Comissão, após análise da documentação dos participantes, publicará o resultado contendo a lista de credenciados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.4.5 O Agente de contratação avaliará os casos omissos, considerando sempre o interesse público.

6.4.6 Será assegurada a rotatividade entre os credenciados, sempre excluída a vontade da Administração na determinação da demanda por credenciado, inclusive entre os que já estão credenciados.

7. DA CONVOCAÇÃO:

7.1. A convocação dar-se-á de acordo com as necessidades, metas planejadas e programadas e a disponibilidade financeira e orçamentária.

7.2. A Secretaria demandante convocará o credenciado para a prestação do serviço, através de publicação no Sítio Eletrônico Oficial.

7.3. O ato de convocação conterá, resumidamente, objeto, local da prestação do serviço, valor da contratação, fundamento legal e dotação orçamentária.

7.4. O convocado deverá assinar o Termo de Contrato, que lhe será encaminhado pela Comissão de Contratação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas da data de recebimento deste.

7.5. A convocada que não comparecer para assinatura do Termo de Contrato, no prazo estipulado, decairá do direito de prestar o serviço, independentemente de notificação, deverá prestar esclarecimentos pertinentes no prazo de 72 (setenta e duas) horas após findo o prazo de Adesão, estando sujeita às penalidades previstas na Lei 14.133/2021, inclusive com descredenciamento.

7.6. Caso a convocada não atualizar a documentação exigida para assinatura do Termo de Contrato, será convocada a próxima credenciada da lista, respeitada a ordem de classificação.

7.7. A execução dos serviços somente será autorizada após a publicação do extrato do Termo de Contrato, em conformidade com suas cláusulas.

8. DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO:

8.1. A avaliação do desempenho do contratado será procedida pela Secretaria de Administração.

8.2. O índice de avaliação do prestador de serviços, será de 0 a 100% (de zero a cem por cento), estando apta a continuar credenciado aquele que atingir, no parecer técnico emitido, mínimo de 60% (sessenta por cento).

8.2.1 A reprovação na avaliação de desempenho, observado o contraditório e a ampla defesa, poderá ensejar a aplicação de sanção administrativa nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal 14.133/2021.

8.3 A avaliação de desempenho observará os seguintes critérios:

- a) Qualidade do serviço prestado;
- b) Urbanidade na relação com os prepostos da Prefeitura Municipal de Porto Seguro e suas secretarias e os beneficiários diretos da prestação do serviço;
- c) Cumprimento integral das cláusulas do Termo de Contrato;



- d) Respeito aos princípios constitucionais, em especial moralidade, boa fé, transparência;
- e) Qualidade das informações prestadas à Administração relativas ao objeto do Termo de Contrato.

9. RECURSOS:

- 9.1. Das decisões proferidas pela Agente de Contratação, especialmente quanto à inabilitação do interessado ou à não inclusão na relação de credenciados, caberá recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da decisão, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser interposto exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma utilizada para o credenciamento.
- 9.2. Interposto o recurso, os demais interessados poderão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da divulgação do recurso na plataforma eletrônica.
- 9.3. Recebido o recurso, a Agente de Contratação poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente instruído, à autoridade competente para julgamento.
- 9.4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados, permanecendo válidos os demais atos não atingidos pela decisão.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 10.1. As condições de pagamento serão previstas no Termo de Contrato, considerando as especificidades da prestação do serviço, a duração e o custo previsto para este, ressaltando sempre o interesse público e o equilíbrio financeiro do Termo de Contrato, conforme as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2. Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

11.2.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.2.1.1 A dotação orçamentária destinada à execução do objeto encontra-se devidamente prevista e discriminada em documento anexo ao processo, o qual está disponível para consulta por quaisquer interessados.

12. RESCISÃO:

- 12.1. A inexecução do Termo de Contrato, total ou parcial, ensejará a sua rescisão e demais as consequências previstas no termo, na Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2. A rescisão poderá ser determinada, por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a VI e IX, do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.2.1 A rescisão do Termo de Contrato implicará o descredenciamento.
- 12.3. A prestadora poderá rescindir administrativamente sua inscrição no credenciamento, desde que comunique expressamente esta intenção com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.
- 12.4. A rescisão do ajuste, poderá ser solicitado a qualquer tempo, pelo credenciado, mediante notificação à Administração, com antecedência de 05 dias.



13. DO DESCREDENCIAMENTO:

13.1. Constituem hipóteses de descredenciamento:

- I – Incidir em uma das hipóteses previstas nos itens 12.1 a 12.2 deste Edital;
- II – Deixar o credenciado de apresentar as atualizações dos documentos solicitados;
- III – Recusar-se o credenciado, quando convocado, a assinar o Termo de Contrato;
- IV – Forem procedentes as denúncias formuladas sobre má prestação do serviço ou irregularidades que afrontem princípios constitucionais;
- V – Obter nota inferior a 60% (sessenta por cento) na avaliação de desempenho;
- VI – Superveniência de fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica ou administrativa da credenciada, ou que reduza a capacidade de prestação de serviço a ponto de não atender às exigências estabelecidas;
- VII- Desatendimento as determinações regulares da Prefeitura Municipal de Porto Seguro-Ba, destinadas a regulamentação e desenvolvimento dos serviços profissionais credenciados;
- VIII - Os casos de descredenciamentos serão formalmente motivados, assegurando-se o direito ao contraditório, e ampla defesa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

- 14.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data de recebimento dos envelopes, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 14.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, no endereço <https://portal.licitanet.com.br/>.
- 14.3. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes.
- 14.4. Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Agente de contratação, até 03 (três) dias úteis antes da data de recebimento dos documentos, exclusivamente pelo endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/>.
- 14.6. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de recebimento dos documentos, podendo a Agente de contratação requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no credenciamento.
- 14.8 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Agente de contratação, nos autos do processo de credenciamento.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 15.1. O Município de Porto Seguro-Ba poderá prorrogar, adiar, revogar ou anular o presente Edital, na forma da Lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



15.2. A qualquer tempo, antes da data de abertura do credenciamento, poderá o Município de Porto Seguro-Ba, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das inscrições propostas.

15.3. É facultada à Agente de contratação promover, a qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processos.

15.4. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento mediante ato motivado da Agente de contratação.

15.5. Poderá a autoridade competente, a qualquer tempo, excluir credenciado, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior à habilitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira.

15.6. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto deste credenciamento poderão ser prestados no local de entrega dos documentos ou no endereço eletrônico <https://portal.licitanet.com.br/>.

15.7. A revisão ou reajustamento dos preços só ocorrerá mediante alterações dos preços dos anexos integrantes do presente credenciamento, considerando o interesse da Administração, justo preço do mercado e nas hipóteses de força maior e caso fortuito, sempre precedidos de justificativa.

15.8. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Porto Seguro, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.9. Os casos omissos serão dirimidos pelo Município de Porto Seguro-Ba, com auxílio técnico da Agente de contratação.

Porto Seguro-Ba, 06 de maio de 2026.

TARCÍSIO OLIVEIRA SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo: 1.719/2025

Órgãos Demandantes: Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Administração e Secretaria Municipal de Assistência Social.

Porto Seguro, 23 de fevereiro de 2026.

1- DO OBJETO

1.1. CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO.

1.2. Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n. 15.263/23.

2 – DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.263/23.

2.2. A contratação pretendida consiste na referência ao estudo técnico preliminar que caracteriza o interesse público para a prestação pretendida, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica/eficiente da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021. Justifica-se a presente solicitação tendo em vista a necessidade da contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, remanejamento e fornecimento de peças para equipamentos de refrigeração e climatização.

2.3. Justifica-se a utilização do procedimento auxiliar do credenciamento, levando em consideração o que dispõe o art. 143 do Decreto Municipal nº 15.263/23.

Art. 143. O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação e poderá ser utilizado **quando a Administração pretender formar uma rede de prestadores de serviços ou fornecedores de bens**, pessoas físicas ou jurídicas, e houver inviabilidade de competição em virtude da possibilidade da contratação de qualquer um dos credenciados.

Vejamos o que diz a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n. 14.133/21:

Art. 6º. Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

XLII I- credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;



II - Com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação; III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação. (Lei 14.133/2021).

2.3.1. Este procedimento se revela adequado quando o mesmo serviço pode ser realizado por diversos contratados simultaneamente, como é o caso do objeto deste Termo de Referência e destina-se a prestadores de serviços que atendam aos requisitos estabelecidos para o credenciamento. Neste modelo, a distribuição da demanda entre os credenciados não se dá por meio de disputa de preços, tampouco pela celebração do contrato, mas sim por meio de rateio da demanda, conforme critérios objetivos previamente definidos pela Administração, garantindo-se a isonomia, a eficiência na prestação dos serviços e o atendimento contínuo e descentralizado das necessidades públicas.

2.3.2. Da inviabilidade de competição: No presente caso, não é viável a licitação porque o Município deseja contratar o maior número de prestadores de serviços para atender as demandas corriqueiras da Administração, conforme previsto no inciso IV, artigo 74 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021. Isso resultará em maior agilidade e eficiência na manutenção/instalação, evitando paralisações ou morosidades no processo, além de contribuir para o desenvolvimento das empresas locais, promovendo uma ampliação de oferta e maior sustentabilidade.

3 – DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização, abrangendo aparelhos de ar-condicionado e demais equipamentos instalados nas dependências das Secretarias.

3.2. A manutenção preventiva compreende a execução periódica de inspeções técnicas, limpeza, higienização, ajustes, testes de funcionamento, verificação de componentes elétricos e mecânicos, bem como a substituição de peças de desgaste natural, quando necessário, com o objetivo de assegurar o adequado desempenho dos equipamentos, prolongar sua vida útil e garantir a qualidade do ar e o conforto térmico dos ambientes.

3.3. A manutenção corretiva abrange o atendimento a chamados técnicos para diagnóstico e correção de falhas, defeitos ou mau funcionamento dos equipamentos, incluindo reparos, substituição de componentes e restauração das condições normais de operação, dentro de prazos compatíveis com a criticidade dos ambientes atendidos.

3.4. A solução contempla ainda o fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, insumos e materiais necessários à execução dos serviços, bem como a observância das normas técnicas aplicáveis, em especial aquelas relacionadas à segurança do trabalho, à eficiência energética e à legislação sanitária vigente.

3.5. Por meio dessa contratação, busca-se garantir a continuidade operacional dos sistemas de climatização, a redução de custos decorrentes de manutenções emergenciais, a mitigação de riscos à saúde dos usuários e a preservação do patrimônio público, assegurando uma gestão eficiente, planejada e economicamente vantajosa dos equipamentos de climatização da Administração Pública.

3.6. Os serviços de manutenção serão realizados nas dependências do órgão contratante ou, quando necessário, nas instalações da própria contratada. Esta deverá dispor, no Município de Porto Seguro/BA, de estrutura adequada, independentemente da localização de sua sede, incluindo instalações apropriadas, ferramentas compatíveis e mão de obra especializada, garantindo a correta e eficiente execução dos serviços.



3.8. A prestação dos serviços ocorrerá de forma parcelada, convocando-se as empresas conforme a necessidade para realização dos serviços de manutenção.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo de contratação empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto e que atendam às condições previstas neste Termo de Referência.

4.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

4.3. Os requisitos para a presente contratação são:

- Área segura para guarda dos equipamentos;
- Literatura técnica (catálogos de peças, manuais de serviços, etc), relativos aos equipamentos em questão;
- Equipamentos necessários à realização dos serviços referentes ao lote arrematado;
- A interessada deverá possuir experiência comprovada para prestar atendimento especializado na área do objeto requisitado.
- No que se refere aos serviços, a contratada deverá possuir ponto de apoio devidamente estruturado para guarda, armazenamento, apoio logístico e manutenção dos equipamentos, situado no Município de Porto Seguro/BA.

Justificativa: A exigência geográfica se mostra necessária e proporcional diante da natureza contínua e essencial dos serviços a serem prestados, os quais envolvem equipamentos indispensáveis ao regular funcionamento das repartições públicas municipais, tais como **aparelhos de ar-condicionado, geladeiras, freezers e bebedouros**. A exigência de um ponto de apoio local visa assegurar maior eficiência operacional, redução do tempo de resposta nos atendimentos, celeridade na retirada e devolução dos equipamentos, bem como a diminuição dos custos indiretos relacionados ao deslocamento e transporte. Busca-se, ainda, evitar prejuízos à continuidade dos serviços públicos decorrentes de longos períodos de indisponibilidade dos equipamentos, especialmente em setores sensíveis da Administração Municipal. Além disso, a exigência encontra respaldo no princípio da eficiência administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, uma vez que a localização próxima permite maior controle e fiscalização contratual pela Administração, otimiza a logística de manutenção preventiva e corretiva e reduz riscos operacionais relacionados ao transporte frequente dos equipamentos. Ressalta-se, por fim, que a definição local não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de necessidade técnica e operacional devidamente motivada, sendo medida compatível com o interesse público e com a busca pela execução contratual mais eficiente e econômica para a Administração Pública.

- O servidor designado realizará **vistoria** nas dependências da empresa credenciada, a fim de averiguar a real possibilidade de atendimento da demanda administrativa, no que respeita estritamente às instalações físicas e equipamentos, para a prestação dos serviços. A vistoria terá como objetivo verificar as condições estruturais, operacionais, técnicas e organizacionais das referidas empresas, a fim de averiguar a real possibilidade de atendimento da demanda municipal, avaliar sua capacidade efetiva de execução dos serviços contratados e, com base nos elementos constatados, subsidiar a distribuição adequada e proporcional das ordens de serviço e demandas do Município entre as credenciadas.



4.2. **Sustentabilidade:** A contratação observa os critérios de sustentabilidade ambiental recomendados pelo Órgãos competentes, e a contratada deverá prever, no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da legislação vigente.

4.3 A Contratada deverá dispor de meios de comunicação "**Service Desk Virtual**" (onde o atendimento aos usuários é feito de forma totalmente online, através de chats ou sistemas que possibilitem o contato entre cliente "órgão público", empresa prestadora de serviços e profissional de suporte em tempo real) para solicitar e formalizar demandas de "tickets suportes e serviços" no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir das aberturas dos chamados relativos ao objeto desta licitação, que são destinados às Secretarias e Unidades Públicas que abrangem o Município de Porto Seguro - BA.

4.4. O Sistema "Service Desk" deve emitir relatórios de todos os chamados e serviços e poderá ser acessado "via web" pelo órgão Gerenciador e pelo prestador dos serviços para o acompanhamento do contrato em questão, bem como, das prioridades de execução de serviços e suportes.

4.4.1. O Contratado deverá disponibilizar o **PMOC Online (Plano de Manutenção, Operação e Controle)**, um controle que deve ser feito para os sistemas de climatização de prédios públicos e privados conforme normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para o modelo PMOC de ares-condicionados prevista na lei 13.589/18 e Resolução nº 9 da Anvisa. O documento deve conter informações importantes, como os dados da edificação, a periodicidade das manutenções e diversos outros pontos conforme contrato em anexo ao edital.

4.5. Ao participar do credenciamento, a interessada assume todas as responsabilidades em decorrência do estabelecido em edital, assim como declara possuir conhecimento pleno das instalações que serão objeto de manutenção preventiva e corretiva, entendimento técnico das condições a serem mantidas e qualificação para a execução dos serviços aqui abordados, vedada a alegação de desconhecimento quando findo o processo licitatório, sob pena de adoção de medidas judiciais cabíveis.

5 - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.1.1. Tal medida se justifica em razão da necessidade de coibir a atuação de empresas meramente intermediadoras, sem estrutura operacional própria, que poderiam participar do credenciamento sem possuir capacidade técnica efetiva, transferindo a execução a terceiros.

6 – FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR:

6.1. A Administração Pública, por meio do processo administrativo de chamamento público, convocará interessados na prestação dos serviços para que, uma vez atendidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados, bem como apresente toda documentação pertinente, que comprove o preenchimento dos requisitos de habilitação e qualificação mínima, ou seja, documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, atendendo ao artigo 72, incisos V e VI da Lei Federal 14.133/2021.

6.2. Para a contratação do credenciado, deverá ser realizado processo de inexigibilidade de licitação, previsto no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, devendo o processo observar o disposto no art. 72 da referida lei.

6.3. O interessado que atender a todos os requisitos previstos no edital de credenciamento, se habilitado, será credenciado no órgão ou entidade contratante, encontrando-se apto a ser contratado para executar o objeto quando convocado.

6.4. A solicitação de credenciamento deverá ser preenchida através dos Anexos do Edital para aceite dos preços formulados pela Administração Pública Municipal.

6.5. O requerimento de credenciamento e os documentos necessários à habilitação deverão ser protocolados de **forma on-line** por meio da plataforma LICITANET, disponível no link: <https://portal.licitanet.com.br/login>.



6.7. Durante a vigência do edital de credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratante, a seu critério, poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato respectivo.

6.8. O credenciado, caso o contrato venha a ser prorrogado, ficará sujeito a comprovação das mesmas condições habilitatórias do início do contrato.

6.9. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

6.9 – EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

6.9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
 - d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
 - e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
 - f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
 - g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
 - h) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - i) Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.
- 6.9.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.9.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- j) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da Sede da Pessoa Jurídica, conforme o caso.
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
 - b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

6.9.4. Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente (**Prestação de serviços de manutenção de ar-condicionado ou aparelhos de refrigeração**), por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) Apresentação de registro válido do responsável técnico para a execução dos serviços no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), em caso de Engenheiro mecânico ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), no caso de Técnico em refrigeração e ar-condicionado ou Técnico industrial.

c) Comprovar que dispõe de no mínimo **03 (três) equipes técnicas**, cada uma com 02 (duas) pessoas capacitadas para os atendimentos das demandas de suportes e serviços que abrangem as Secretarias Municipais.

c.1) Os profissionais indicados na alínea “c” deverão pertencer ao quadro permanente da empresa ou ser contratados como autônomos, mediante uma das seguintes formas: Carteira de Trabalho; Contrato Social; Contrato de Prestação de Serviços; Contrato de Trabalho registrado na DRT; ou Declaração por meio da qual o profissional assume o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa caso ela venha a ser contratada, e de apresentar a devida comprovação no ato da assinatura do contrato.

6.9.5. Toda documentação exigida nesse Edital poderá ser apresentada em original, cópia autenticada na forma da lei ou cópia simples, acompanhado pelo original, para que possa ser autenticado pelo Agente de contratação ou servidor designado por esta.

6.9.6 DECLARAÇÃO CONJUNTA:

a) Que não incorre nas condições impeditivas do art. 14 e art. 9º § 1º da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Porto Seguro ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);
- e) Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- f) Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- g) Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21.

7 - DA JUSTIFICATIVA DOS PREÇOS:

7.1. O custo total máximo fixado pela Administração para a **execução dos serviços** é de **R\$ 3.443.814,33** (três milhões e quatrocentos e quarenta e três mil e oitocentos e quatorze reais e trinta e três centavos).

7.2. O custo total máximo fixado pela Administração para o **fornecimento de peças** é de **R\$ 2.014.436,88** (dois milhões e quatorze mil e quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta e oito centavos).

7.3. O custo total máximo fixado para o período de 12 (doze) meses - englobando serviços e peças - é de **R\$ 5.458.251,21** (cinco milhões e quatrocentos e cinquenta e oito mil e duzentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos), conforme pesquisa de preços anexa ao processo, elaborada através da MÉDIA das Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, observado o índice de atualização de preços correspondente, além de Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, consoante o art. 23, incisos I, II, III e IV da Lei nº 14.133/21 e incisos I, II, III e IV Decreto Municipal nº 15.263/21.

7.3.1. O valor compreende todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, encargos, deslocamentos, equipamentos e demais despesas inerentes à prestação dos serviços.

7.4. A estimativa das quantidades de serviços e peças a serem contratadas foi estabelecida com base em levantamento técnico realizado junto às diversas Secretarias Municipais participantes, considerando o histórico de demandas de manutenção dos últimos exercícios, e projeções de necessidades futuras considerando possíveis ampliações de estruturas e aquisições de novos equipamentos, conforme demonstrados nos DFD anexos a este processo.

SERVIÇOS -01								
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PERIODICIDADE ANO	QUANT TOTAL	MÉDIA	
							VALOR UNI	TOTAL
.1	Unidades de aparelhos de ar-condicionados tipo Split capacidades e marcas variadas	MANUTENÇÃO PREVENTIVA COM LAVAGEM DA UNIDADE CONDENSADORA, UTILIZANDO BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ÁGUA E DETERGENTE ADEQUADO, REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES DESTE EQUIPAMENTO E DO QUADRO ALIMENTADOR.	UND	1116	2	2232	R\$ 656,56	R\$ 1.465.441,92



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	"- MANUTENÇÃO PREVENTIVA COM LIMPEZA DE FILTROS E FRENTE PLÁSTICA, RETIRADA E DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA GERAL DA" UNIDADE EVAPORADORA COM O USO DE BOMBA DE ALTA PRESSÃO UTILIZANDO ÁCIDO FLUORÍDRICO DILUÍDO EM ÁGUA E DETERGENTE ADEQUADO. REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES DESTES EQUIPAMENTO E DO QUADRO ALIMENTADOR.						
.2	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM SERVIÇO ELÉTRICO E SERVIÇO DE SOLDA, PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS.	UND	266	1	266	R\$ 633,22	R\$ 168.436,52
.3	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM SERVIÇO ELÉTRICO E SERVIÇO DE SOLDA, PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	121	1	121	R\$ 754,50	R\$ 91.294,50
.4	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU RECARGA DE GÁS PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS.	UND	279	1	279	R\$ 789,04	R\$ 220.142,16
.5	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU RECARGA DE GÁS PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	106	1	106	R\$ 838,75	R\$ 88.907,50
.6	RETIRADA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHAS + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	325	1	325	R\$ 776,25	R\$ 252.281,25
.7	RETIRADA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 33.000 À 60.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHAS + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	122	1	122	R\$ 1.195,83	R\$ 145.891,26
.8	INSTALAÇÃO ADICIONAL DE LINHA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT E PISO	M	242	1	242	R\$ 553,92	R\$ 134.048,64



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



		TETO DE 9.000 À 24.000 BTUS, METRO LINEAR.					
.9		INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 24.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHA + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	266	1	266	R\$ 1.173,63 R\$ 312.185,58
.10		INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 E 60.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHA + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS	UND	111	1	111	R\$ 1.426,68 R\$ 158.361,48
.11		INSTALAÇÃO ADICIONAL DE LINHA PARA INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT E PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS, METRO LINEAR."	M	200	1	200	R\$ 633,07 R\$ 126.614,00
.12	Frigobar, Freezes e geladeiras	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, REPARO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES. -MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM RECOLOCAÇÃO DE CARGA DE GÁS, SERVIÇO DE SOLDA, SERVIÇO ELÉTRICO, MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (CAPACITORES, PROTETOR TÉRMICO)	UND	174	1	174	R\$ 788,68 R\$ 137.230,32
.13	Bebedouros de coluna, Bebedouros industriais e Gelágua.	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES. -MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM RECOLOCAÇÃO DE CARGA DE GÁS, SERVIÇO DE SOLDA, SERVIÇO ELÉTRICO, MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (CAPACITORES, PROTETOR TÉRMICO)	UND	182	1	182	R\$ 785,60 R\$ 142.979,20
							R\$ 3.443.814,33

PEÇAS - 02						
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT	MÉDIA	
					VALOR UNI	TOTAL
.1	Unidades de	CAPACITADORES PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	250	R\$ 329,96	R\$ 82.490,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



.2	aparelhos de ar-condicionados tipo Split capacidades e marcas variadas	CAPACITADORES PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	104	R\$ 329,96	R\$ 34.315,84
.3		PROTETOR TÉRMICO PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 250,73	R\$ 50.146,00
.4		PROTETOR TÉRMICO PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 296,58	R\$ 16.015,32
.5		PLACA ELETRÔNICA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 362,18	R\$ 72.436,00
.6		PLACA ELETRÔNICA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	56	R\$ 437,74	R\$ 24.513,44
.7		SENSOR DE TEMPERATURA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 170,06	R\$ 34.012,00
.8		SENSOR DE TEMPERATURA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 282,58	R\$ 15.259,32
.9		SENSOR DE DEGELO PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 123,18	R\$ 24.636,00
.10		SENSOR DE DEGELO PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 253,43	R\$ 13.685,22
.11		MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 883,59	R\$ 176.718,00
.12		MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 1.552,75	R\$ 83.848,50
.13		UNIDADE CONDENSADOR (SERPENTINA) PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 1.089,72	R\$ 217.944,00
.14		UNIDADE CONDENSADOR (SERPENTINA) PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 1.745,65	R\$ 94.265,10
.15		MOTOR COMPRESSOR PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 1.345,44	R\$ 269.088,00
.16		MOTOR COMPRESSOR PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 1.846,46	R\$ 99.708,84
.17		MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200	R\$ 835,82	R\$ 167.164,00
.18		MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 1.450,39	R\$ 78.321,06
.19		SUORTE DE UNIVERSAL PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 E 24.000 BTUS.	UND	161	R\$ 183,16	R\$ 29.488,76
.20		SUORTE DE UNIVERSAL PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 E 60.000 BTUS.	UND	54	R\$ 489,85	R\$ 26.451,90



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



.21	CONTROLE REMOTO, TIPO SEM FIO, APLICAÇÃO APARELHO AR-CONDICIONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UNIVERSAL.	UND	310	R\$ 114,48	R\$ 35.488,80
.22	Recarga de gás.	UND	521	R\$ 707,18	R\$ 368.440,78
					R\$ 2.014.436,88
	TOTAL GERAL - 01+02				R\$ 5.458.251,21

7.5. A justificativa para o não parcelamento do objeto consta do Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8 - DO MODELO DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DA PRESTAÇÃO

8.1. A prestação do serviço contratado será realizada por execução indireta.

8.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 105 e 106 da Lei n. 14.133/21.

8.2.2. Os serviços serão prestados de acordo a necessidade da Secretaria demandante ao qual indicarão local para a realização dos mesmos, e deverão ocorrer em dias úteis, com horário de 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00h.

8.2.3. Início da execução do objeto: Em até **72 (setenta e duas) horas**, contadas da emissão da ordem de serviço.

8.2.4. Quando a execução dos serviços depender do fornecimento de peças de reposição, o prazo previsto no item 8.2.3 somente terá início a partir da confirmação do aceite do orçamento das referidas peças. Os orçamentos deverão ser elaborados pela empresa e devidamente aprovado por servidor deste Município, após a identificação da necessidade de substituição da peça indicada. Para sua composição, deverão ser considerados, no mínimo, 03 (três) preços obtidos no mercado local ou regional, acrescidos de pesquisa em bancos de preços públicos. Deverá ser adotada a média ou a mediana dos valores coletados, utilizando-se aquele que resultar no menor preço, em conformidade com o art. 23, e nos termos das disposições previstas no Termo de Referência.

8.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais qualificados, habilitados (técnicos/mecânicos de refrigeração) e uniformizados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços utilizando-se de ferramentas adequadas, com vista a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes, obedecendo rigorosamente aos procedimentos e materiais recomendados pelos fabricantes, às normas técnicas e legais vigentes determinadas pelos órgãos competentes.

8.4. Todo material utilizado para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como as peças a serem trocadas, devem ser de boa qualidade, utilizando-se das marcas de boa aceitação no mercado.

8.5. As ferramentas, máquinas utilizadas na prestação dos serviços, bem como equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.6. A Contratada deverá dispor de meios de comunicação "**Service Desk Virtual**" (onde o atendimento aos usuários é feito de forma totalmente online, através de chats ou sistemas que possibilitem o contato entre cliente "órgão público", empresa prestadora de serviços e profissional de suporte em tempo real) para solicitar e formalizar demandas de "tickets suportes e serviços" no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir das aberturas dos chamados relativos ao objeto desta licitação, que são destinados às Secretarias e Unidades Públicas que abrangem o Município de Porto Seguro - BA.

8.6.1. O Sistema "Service Desk" deve emitir relatórios de todos os chamados e serviços e poderá ser acessado "via web" pelo órgão Gerenciador e pelo prestador dos serviços para o



acompanhamento do contrato em questão, bem como, das prioridades de execução de serviços e suportes.

8.6.2. O Contratado deverá disponibilizar o PMOC Online, Plano de Manutenção, Operação e Controle, um controle que deve ser feito para os sistemas de climatização de prédios públicos e privados conforme normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para o modelo PMOC de ares-condicionados prevista na lei 13.589/18 e Resolução nº 9 da Anvisa. O documento deve conter informações importantes, como os dados da edificação, a periodicidade das manutenções e diversos outros pontos conforme contrato em anexo ao edital.

8.6.3. A Contratada deverá dispor à Contratante “no mínimo” 03 (três) equipes técnicas, cada uma com 02 (duas) pessoas capacitadas para os atendimentos das demandas de suportes e serviços que abrangem as Secretarias Municipais.

8.7. GARANTIA DOS SERVIÇOS: Os serviços executados (manutenções preventivas e corretivas ou instalações e remanejamentos de aparelhos de ar-condicionado), terão garantia mínima de 90 dias. Enquanto as peças e acessórios originais substituídos deverão ter garantia mínima de 6 (seis) meses ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior. A garantia será contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data da comprovação de execução do serviço pelo Fiscal.

8.8. Os reparos de pequena monta deverão ser realizados in loco. No caso de absoluta necessidade de remoção do equipamento ou de seus componentes, tal deslocamento será de responsabilidade financeira da contratada, que deverá contar com oficina ou estabelecimento próprio, localizado no Município de Porto Seguro/BA, e devidamente adequado para a execução dos consertos. Quando a manutenção corretiva não puder ser realizada nas dependências da contratante, os equipamentos ou componentes poderão ser removidos para o centro de atendimento da contratada, observadas as seguintes condições:

- Parecer técnico da Contratada justificando a necessidade de remoção do equipamento ou componentes, contendo a data prevista para a sua devolução no endereço de origem da Contratante e o responsável pela sua retirada;
- Documento contendo aprovação do responsável técnico pelo equipamento (Patrimônio);
- Autorização expressa do Gestor do contrato;
- Atendimento aos procedimentos legais de saída de bens permanentes definidos pelo Município;
- Acondicionamento em embalagem e transporte adequados, seguros, rápidos e eficazes por conta, ônus e responsabilidade da Contratada (ida-volta);
- Assinatura de um termo de retirada/guarda do equipamento, em que a Contratada se responsabiliza pela guarda e por todos os danos e avarias a que der causa no equipamento.
- O prazo para a execução dos serviços deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Chamado/Ordem de Serviço;

8.9 A Contratada deverá fornecer, sem custo adicional para a Contratante, durante a execução contratual:

- Material de reposição, tais como: fusíveis, parafusos, buchas, terminais elétricos, porcas, arruelas etc;
- Material necessário à instalação ou remanejamento dos aparelhos: cabos elétricos;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- linha frigorígena com cabo PP e tubulação de cobre isolada; dreno em PVC até a altura do piso;
- carga de gás R22, R410 ou R32, caso necessário;
- eletrodutos, abertura e fechamento de vãos de alvenaria, ou forro e arremates em pintura, quando necessário;
- recuperação ou troca de tubulação e água, vidros, rede elétrica entre outros componentes dos prédios em caso de dano ou quebra acidental durante a prestação de serviço;
- Material de consumo e de limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionados, tais como: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, esponjas de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos antiferrugem, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas tipo Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares, e quaisquer outros necessários a execução do serviço;
- Ferramentas e acessórios: escada; serras; furadeira; maçarico; equipamentos de medição; equipamentos de solda e corte; bomba de vácuo; e mala de ferramentas adequadas para manutenção, instalação ou remanejamento de aparelhos de ar condicionado; andaime (próprio ou alugado), balancins, cadeirinhas suspensas e outros equipamentos dessa natureza;
- Peças e insumos: tubos de cobre, isolamento térmica, terminais de conexão, cabo PP, plugue macho para ligação do aparelho na tomada (10A ou 20A, quando necessário), suporte do condensador, mangueira cristal (dreno);
- Equipamentos de Proteção Individual - EPIs: Botina de segurança, sem biqueira de aço, com solado de borracha vulcanizada; Capacete de segurança; Luva de raspa de couro com cano curto; óculos de segurança com proteção lateral; protetor auricular de ruídos; espuma com cordão plástico tipo plug de inserção

8.9.1. Além disso, durante a execução dos serviços, a contratada deverá observar:

- A utilização do gás ecológico R-410A, para os aparelhos compatíveis com este produto, visando, desta forma, atender os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MPOG;
- A utilização do gás ecológico R32, para os aparelhos compatíveis com este produto, de acordo com a ABNT NBR 14725: 2023;
- A destinação ambientalmente adequada de todos os materiais, embalagens e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços, inclusive as pilhas e/ou baterias usadas ou inservíveis;
- A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- A utilização de produtos de limpeza, fungicidas e bactericidas biodegradáveis e não corrosivos;



- A realização dos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs), abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, no 5, de 14 de fevereiro de 2018.

8.10. A Contratada deverá executar minimamente, as seguintes tarefas básicas, efetuando correções quando necessário (rol exemplificativo):

8.10.1 **MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPREENDE:**

- Revisão completa dos equipamentos;
- Limpeza geral dos equipamentos, com a verificação e eliminação de todo o tipo de sujeira, poeira, danos, ferrugem e corrosão no gabinete, na moldura de serpentina e na bandeja, incluindo a lavagem das serpentinas e bandejas com remoção de fungos, do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos, eliminando os pontos de oxidação, com posterior pintura das peças trabalhadas;
- Limpeza da frente plástica, da parte frontal do evaporador, parte externa do condensador, com verificação do seu estado de conservação;
- Limpeza do filtro de ar, verificando e eliminando possíveis frestas;
- Limpeza/lavagem (quando recuperável) ou substituição (quando descartável) do elemento filtrante (fibras de nylon aglutinadas e resina sintética ou espuma de poliuretano). No caso de limpeza/lavagem, deve-se utilizar os meios e substâncias mais adequados, como exemplo: por imersão em solução de água morna e sabão neutro, enxaguando-o em água corrente e secando-o bastante antes de recolocá-lo no aparelho;
- Limpeza e lubrificação (quando exigido) de buchas, mancais, eixo do motor do ventilador, hélice do ventilador, serpentinas do evaporador e condensador;
- Limpeza de condensadores e evaporadores, com lavagem completa do sistema de aletamento e tubos, utilizando-se produtos químicos decapante, de forma a eliminar a oxidação superficial das aletas e serpentinas;
- Verificação de grades de ventilação/exaustão, chave seletora, válvula reversora e de expansão, filtro e secador, nível de óleo, funcionamento da resistência de aquecimento do cárter, termostato, tomada, rabicho chave seletora, capacitores de fase eletrolítico, quadros e outros componentes elétricos;
- Verificação de ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes, apertos de terminais, suportes, parafusos, polias, painéis, protetores, molas, chassis, rolamentos, assim como demais reparos necessários ao alinhamento, balanceamento e fixação dos equipamentos; Verificação, reparo e limpeza de toda a tubulação, mangueiras e conexões, incluindo isolamentos, drenagem de água da bandeja, inclinação e desobstrução do dreno (com a limpeza do dreno);
- Medição e registro de tensão elétrica na alimentação do compressor e motores, assim como a temperatura do ar, insuflamento, retorno e ambiente, diferencial de pressão, operação de controles de vazão, inspecionando todo o sistema para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;



- Verificação da vedação dos painéis de fechamento do gabinete e do protetor térmico compressor, assim como o estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete (se está preservado e se contém bolor), da resistência de isolamento dos motores e compressores;
- Verificação e calibração dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo), relés térmicos e fusíveis e do termostato de controle de temperatura do ambiente; Lubrificação das partes necessárias, tais como as partes móveis do equipamento, os eixos dos motores elétricos e realizar banho de vaselina industrial nas partes ferrosas;
- Medição e complemento da carga de gás refrigerante, bem como correção de vazamento na tubulação frigorígena, de modo a garantir a carga térmica necessária ao perfeito rendimento dos equipamentos;
- Verificação do controle remoto dos equipamentos, substituindo as pilhas ou baterias, quando necessário.
- Verificação de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- Indicação de necessidade de Manutenção Corretiva, quando necessário; Realização de outros serviços necessários de natureza preventiva.

8.11. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- Atendimento: Disponibilidade para atendimento a chamados de manutenção corretiva em até **72h (setenta e duas horas)**, a partir da abertura do chamado.

8.11.1. A manutenção corretiva compreende:

- Realização da troca de peças ou componentes danificados por itens novos, genuínos ou originais, mantendo-se as mesmas características e especificações técnicas dos aparelhos mantidos ou instalados, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de peças remanufaturadas, recondiçionadas ou recuperadas;
- Substituição do filtro de gás, quando for o caso; Realização da carga de gás completa, quando for o caso; Fornecimento e substituição de chave contactora;
- Desativação da botoeira (liga e desligar) da placa do evaporador; Fornecimento e substituição de hélice ventilador;
- Fornecimento e substituição de placa eletrônica universal que obrigatoriamente deve vir com o seu respectivo controle e pilhas;
- Fornecimento e substituição de placa receptora; Fornecimento e substituição de serpentina condensadora; Fornecimento e substituição de serpentina evaporadora;
- Fornecimento e substituição de turbina ventilador evaporadora; Fornecimento e substituição de válvula serviço;
- Fornecimento e substituição de capacitor evaporador; Fornecimento e substituição de capacitor fase compressor; Fornecimento e substituição de capacitor fase ventilador;



- Fornecimento e substituição do compressor convencional e inverter; Fornecimento e substituição do motor ventilador do evaporador; Fornecimento e substituição do motor ventilador da condensadora; Rebobinamento do motor ventilador do evaporador; Rebobinamento do motor ventilador da condensadora;
- Fornecimento e substituição do sensor temperatura / anticongelamento; Fornecimento e substituição do termostato;
- Reparo nos chassis condensadora;
- Fornecimento e substituição de bobina solenoide;
- Fornecimento e substituição de controle remoto, quando necessária a substituição deverá ser pelo modelo universal, com pilhas ou baterias inclusas;
- Fornecimento e substituição de gabinete; Fornecimento e substituição de filtro de ar;
- Fornecimento e substituição de plug macho branco 20A 2P+T NBR14136;
- Fornecimento e substituição do suporte da condensadora ou evaporadora, incluindo também buchas e parafusos e demais materiais necessários;
- Recuperação dos revestimentos protetores e pintura do chassi do equipamento com tinta à base de alcatrão e hulha, de forma a preservar o seu estado original, quando necessário; Correção, se necessário, da posição de drenos, dutos e mangueiras que drenam a água expelida pelos equipamentos de ar condicionado, com o fornecimentos dos materiais necessários;
- Recondicionamentos do chassi, compressor e motor do ventilador;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

8.11.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO (GELADEIRA, FREEZER, BEBEDOURO ETC):

- Realização de testes de funcionamento nos equipamentos, procedendo com a imediata recuperação dos aparelhos que se encontram fora de funcionamento;
- Fornecimento e substituição de peças ou componentes danificados por itens novos, genuínos ou originais, conforme o tipo, modelo e marca do equipamento a ser reparado, mantendo-se as características e especificações técnicas dos equipamentos, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de peças remanufaturadas, recondicionadas ou recuperadas;
- Fornecimento e substituição, quando necessário, de borrachas de vedação das portas, motores, termostato, chave liga/desliga, regulador de temperatura, compressor, tubo conectivo, placas e sensores, filtros, resistências, fusíveis, parafusos, correias, imãs, terminais elétricos, entre outras peças e componentes necessários à perfeita execução do serviço;
- Fornecimento e substituição de sifões, mangueiras, engates, torneiras, ralos, drenos, filtros e demais peças e componentes para bebedouros;
- Correção de vazamentos de gás, com o fornecimento e reposição da carga de gás refrigerante próprio ao equipamento;



- Fornecimento e substituição ou complemento de óleo mineral e/ou do óleo lubrificante; Medição e teste de termostato, corrente e tensão, isolamento dos compressores/motores, relés, rendimento frigorígeno, temperatura, expansão, válvulas, estanqueidade da rede frigorígena etc;
- Realização de reparos elétricos, apertos e limpeza de oxidações, substituindo as partes (peças ou componentes) avariadas, oxidadas ou desgastadas;
- Realização de solda, vedações na tubulação e aparelho, desmontagem e montagem de motor/compressor;
- Realização de higienização externa e interna dos componentes e peças dos equipamentos; Fornecimento de graxas, solventes, produtos químicos e de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa, tinta, lixa, neutrol, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, zarcão, vaselina, oxigênio, nitrogênio, acetileno, gases freon, materiais e produtos de limpeza em geral;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

8.12. garantia mínima: 90 (noventa) dias para os serviços de mão de obra.

8.12.1. A contagem dos prazos acima inicia-se a partir da conclusão do serviço ou da substituição da peça;

8.12.2. Caso o equipamento volte a apresentar problema dentro do prazo de garantia acima (tanto da peça quanto da mão de obra), a mão de obra e peças/componentes trocadas para correção não poderão ser cobradas novamente.

8.13. DAS PEÇAS:

8.13.1 As peças utilizadas deverão ser originais, novas, de primeiro uso e compatíveis com os equipamentos instalados e entregues com o termo de garantia do fabricante. A Contratada deverá utilizar somente peças, materiais ou acessórios recomendados ou autorizados pelo fabricante, não podendo valer-se de materiais reconicionados ou recuperados, salvo em situações de falta de serviços no mercado devidamente justificado pela Contratada e autorizado pela Contratante.

8.13.2. A substituição de peças e componentes dos aparelhos somente ocorrerá mediante prévia e expressa autorização da Contratante, que se dará, obrigatoriamente, a partir da apresentação e envio formal pela Contratada dos itens necessários. Os orçamentos apresentados serão analisados pelo Fiscal/Gestor do contrato, que procederá com a avaliação da compatibilidade de preço, devendo ser autorizado o orçamento. Caso seja verificado preço acima do valor de mercado, a qualquer momento, a Contratante poderá abrir diligência para apuração do melhor preço, através de comparação com demais tabelas de mercado, informando à Contratada o valor encontrado para aquisição;

8.13.3. Anteriormente à substituição de peças e componentes, deverá ser emitido parecer pela Contratada sobre a viabilidade técnica e econômica da realização dos reparos necessários ao pleno funcionamento do equipamento avariado. O parecer deverá ser entregue ao Fiscal/Gestor do contrato, que analisará a conveniência ou não da execução da substituição da peça em comparação ao valor do bem a ser reparado;

8.13.4. A substituição das peças e componentes deverá ser efetuada com peças originais, de primeiro uso e genuínas, não reconicionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes,



devendo ser acompanhadas da Nota Fiscal de aquisição e sendo garantidas à Contratante as mesmas garantias concedidas pelo fabricante das peças substituídas, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos;

8.13.5. Somente se comprovada a inexistência de peças originais no mercado, a Contratada poderá utilizar peças similares equivalentes, sendo estas novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho. A substituição e utilização de peças similares deverá ser formalmente justificada e solicitada por meio de parecer da Contratada encaminhado ao Fiscal/gestor do contrato;

8.13.6. Fica subentendida a alternativa “peça similar equivalente” para todos os materiais ou equipamentos identificados nesta especificação técnica através de determinada marca, tipo, modelo, referência ou fabricante. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam similaridade se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características técnicas especificadas nesta especificação técnica.

8.13.6. Todas as peças e componentes, quando substituídos, deverão ser entregues ao Fiscal /gestor do contrato após o conserto do equipamento;

8.13.7. No caso de constatação de defeito ou mau funcionamento das peças aplicadas ou dos serviços realizados, a Contratada fica obrigada a realizar a correção do serviço, com a substituição do item falho, sem ônus para a Contratante, ficando estipulado o prazo máximo para o início dos trabalhos de correção em 02 (dois) dias úteis, e o prazo para a conclusão será o mesmo inicialmente estabelecido;

8.14. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO:

8.14.1. A Instalação consiste em colocar o aparelho no local indicado pela administração de forma que o mesmo, após instalação concluída, esteja em seu perfeito funcionamento, de conformidade com as normas do fabricante e legislação vigente, sendo mantida a garantia dos serviços executados durante a vigência da contratação. Quando os serviços houver a necessidade da remoção de móveis, estes deverão ser recolocados em seus respectivos locais, bem como a limpeza de toda e qualquer sujeira provocada pela instalação.

8.14.2. A Desinstalação consiste em retirar o aparelho do local indicado pela administração mantendo seu perfeito funcionamento, de conformidade com as normas do fabricante e legislação vigente. Quando os serviços houver a necessidade da remoção de móveis, estes deverão ser recolocados em seus respectivos locais, bem como a limpeza de toda e qualquer sujeira provocada pela desinstalação deverá ser removida.

- Os serviços de instalação compreendem a colocação do aparelho de ar condicionado novo ou usado em local determinado pela Contratante, com fornecimento de todos os insumos e mão de obra necessários para a realização do serviço, atendendo, no mínimo, sem custos adicionais para a Contratante (rol não taxativo):
- Fixação das unidades evaporadora e condensadora em suportes apropriados, passagem da tubulação frigorígena de cobre com proteção térmica e dreno em PVC até o piso; cabos de comando e interconexão das peças, incluindo todo o material e mão de obra necessários, tais como: aplicação de gás, tubulações, mão francesa (quando necessário), parafusos e buchas, instalações elétricas e demais adaptações técnicas que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- Utilização de silicone e prensa cabos para a vedação final de todas as interligações necessárias, de forma a preservar a total estanqueidade dos gabinetes;



- Utilização de espuma elastomérica de espessura mínima de 09 mm, constituído de uma estrutura de células fechadas, resistente ao fogo, condutividade mínima de 0,035w/m.k à 0°C e resistência a difusão de vapor d'água maior ou igual a 7000, para o isolamento térmico flexível das linhas de líquido e gás;
- Utilização de tubos de PVC para as passagens da tubulação através das paredes de alvenaria, evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal, o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorígena, prevenindo a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre;
- Realização de todas as intervenções necessárias em alvenaria como furação, reboco, acabamento e pintura. Os furos necessários devem ser executados na alvenaria e não nos elementos da estrutura de concreto armado (vigas, lajes e pilares). Os locais onde foram feitas aberturas para a passagem da tubulação e conexão dos equipamentos à rede elétrica deverão ser preenchidos com argamassa de cimento e areia ou gesso e pintado, a fim de preencherem os rasgos e furos expostos;
- Realização da instalação elétrica do equipamento e da correta instalação do dreno, se o local da instalação não possuir, sem custos adicionais para a Contratante, não sendo admitido, em hipótese alguma, aparelhos gotejando em calçadas etc, além de tubos e fios aparentes;
- Realização de testes de funcionamento e de estanqueidade, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Verificação de vibrações, vazamentos, ruídos e obstrução na mangueira do dreno, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Fornecimento e instalação de plugue macho (10A ou 20A) para ligação da evaporadora na tomada, quando necessário;
- Remoção e destinação adequada de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação, a fim de se entregar o local de instalação em perfeito estado de limpeza e conservação;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

8.15. DOS SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO

- Retirada do evaporador e do condensador do equipamento, os quais deverão ser colocados em local designado pelo fiscal do contrato;
- Recomposição do telhado e sua vedação, quando necessário, de forma a não permitir infiltração;
- Desmontagem e montagem de forro, onde houver necessidade;
- Retirada da tubulação frigogênica de cobre e dos suportes e conexões, quando houver necessidade.
- Fixação das unidades evaporadora e condensadora em suportes apropriados, passagem da tubulação frigorígena de cobre com proteção térmica e dreno em PVC; cabos de comando e interconexão das peças, incluindo todo o material e mão de obra necessários, tais como: aplicação de gás, tubulações, mão francesa (quando necessário), parafusos e buchas, instalações elétricas e demais adaptações técnicas que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos;



- Utilização de silicone e prensa cabos para a vedação final de todas as interligações necessárias, de forma a preservar a total estanqueidade dos gabinetes;
- Utilização de espuma elastomérica de espessura mínima de 09 mm, constituído de uma estrutura de células fechadas, resistente ao fogo, condutividade de 0,035w/m.k à 0°C e resistência a difusão de vapor d'água maior ou igual a 7000, para o isolamento térmico flexível das linhas de líquido e gás;
- Utilização de tubos de PVC para as passagens da tubulação através das paredes de alvenaria, evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal, o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorígena, prevenindo a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre;
- Realização de todas as intervenções necessárias em alvenaria como furação, reboco, acabamento e pintura. Os furos necessários devem ser executados na alvenaria e não nos elementos da estrutura de concreto armado (vigas, lajes e pilares). Os locais onde foram feitas aberturas para a passagem da tubulação e conexão dos equipamentos à rede elétrica deverão ser preenchidos com argamassa de cimento e areia ou gesso e pintado, a fim de preencherem os rasgos e furos expostos;
- Realização da instalação elétrica do equipamento e da correta instalação do dreno, se o local da instalação não possuir, sem custos adicionais para a Contratante, não sendo admitido, em hipótese alguma, aparelhos gotejando em calçadas, além de tubos e fios aparentes;
- Realização de testes de funcionamento e de estanqueidade, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Verificação de vibrações, vazamentos, ruídos e obstrução na mangueira do dreno, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Fornecimento e instalação de plugue macho (10A ou 20A) para ligação da evaporadora na tomada, quando necessário;
- Remoção e destinação adequada de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação, a fim de se entregar o local de instalação em perfeito estado de limpeza e conservação;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

8.16. DO RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E DA GARANTIA:

8.16.1 Sempre que realizar serviços, a empresa CONTRATADA deverá elaborar Relatório mensal dos serviços prestados, entregando cópia ao fiscal do contrato, em que deverá constar:

a) Descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas e orçamento, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado;

b) A garantia dos serviços de mão de obra, que não poderão ser inferiores a 90 (noventa) dias.

8.16.2. A contagem dos prazos acima inicia-se a partir da conclusão do serviço ou da substituição da peça;

8.16.3. Caso o equipamento volte a apresentar problema dentro do prazo de garantia acima (tanto da peça quanto da mão de obra), a mão de obra e peças/componentes trocadas para correção não poderão ser cobradas novamente.



9 – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da pessoa física ou jurídica contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.6. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada por servidor designado posteriormente através de portaria expedida por esta Administração ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

9.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

9.12. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

9.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do credenciado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.14. O gestor do contrato, será o servidor designado posteriormente por meio de portaria expedida por esta Administração, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

I - analisar a documentação que antecede o pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;



V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

9.7. O credenciado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

9.8. O credenciado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

10 – DA AVALIAÇÃO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

10.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Credenciado:

10.1.1. Não produzir os resultados acordados, conforme indicadores de qualidade e metas estabelecidas;

10.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade técnica e ética mínima exigida, os serviços contratados, em desacordo com o Termo de Referência, protocolos clínicos ou legislação pertinente; ou

10.1.3. Deixar de disponibilizar a estrutura física adequada, os equipamentos ou os materiais exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, comprometendo o funcionamento dos veículos.

10.2. Do Recebimento

10.2.1 As medições serão realizadas mensalmente através da análise do **PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle**, que deverá ser atualizado e apresentado mensalmente pela CONTRATADA ao fiscal do contrato, com a descrição de todos os serviços realizados.

10.2.3 A contratada deverá apresentar, mensalmente, como condição ao aceite dos serviços e liberação de pagamento o relatório dos serviços prestados, conforme exigido no **item 8.16** deste Termo de Referência.

10.2.4 A contratada deverá emitir Nota Fiscal somente após medição e aceite dos serviços pela fiscalização, que autorizará a emissão de Nota Fiscal por parte da contratada. Essa deverá ser encaminhada juntamente com as certidões negativas vigentes da empresa.

10.2.5. Como condição para liberação da primeira parcela, a contratada deve apresentar:

a) O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, cronograma de execução de serviços, as periodicidades de cada serviço a ser executado, atendendo ao apresentado neste Termo de Referência, bem como as especificações constantes na legislação e normas vigentes.

10.2.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.2.6.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

10.2.7. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

10.2.7.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



10.2.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

10.2.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

10.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.2.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

10.2.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

10.2.13 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.2.14 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

10.2.15. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.3. Liquidação

10.3.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

10.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

10.3.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.3.5 A Administração deverá:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/ contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.3.6 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.3.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.3.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.3.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

10.4. Prazo de pagamento

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta dias) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

10.4.2 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.5. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

10.4.6. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

10.4.7 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.



10.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Credenciada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas

11.4. efetuar o pagamento pela prestação de serviço do objeto do presente Contrato.

11.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

12.1 Manter durante o período que estiver credenciado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de credenciamento.

12.2. Comunicar ao Secretário, por escrito, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços.

12.3. Manter-se habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria.

12.4 Comunicar à CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato.

12.5. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas.

13 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

13.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

13.1.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

13.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



13.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste termo.

13.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA obriga-se a:

14.1.1. Efetuar a entrega dos serviços e peças em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

14.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

14.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

14.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

14.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

14.1.8. Observar a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, e todas as normas legais aplicáveis ao objeto da presente contratação;

14.1.9. Manter a devida comunicação com o Fiscal do Contrato acerca das ocorrências relativas a eventuais afastamentos, faltas ou qualquer irregularidade verificada;

14.1.10. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;

14.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;

14.1.12. Enviar ao Fiscal do contrato, mensalmente, a nota fiscal dos serviços prestados, cópia da comprovação de recolhimento das obrigações e encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e demais legais que envolverem os profissionais contratados, sob pena de retenção de pagamento até a devida comprovação dos recolhimentos;

14.1.13. Zelar pelo mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais, e inovações que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhe tenham sido confiados em razão desta contratação, sendo eles de interesse do Contratante, não podendo sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar para quaisquer finalidades ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob as penas da Lei;



14.1.14. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.15. Fornecer o material necessário para a manutenção/instalação e dispor de todas as ferramentas e equipamentos essenciais para a correta execução dos serviços prestados.

14.1.16. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

14.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

14.1.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas

14.1.18. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

14.1.19. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

14.1.20. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

14.1.21. Cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

14.1.22. Apresentar relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;

14.1.23. Cumprir os horários com pontualidade e assiduidade.

14.1.24. Aceitar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras e serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma do art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/21.

15 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. Os custos da futura contratação correrão por conta das dotas próprias para o objeto.

16 – DAS SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a credenciada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas a credenciada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o a credenciada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

a. moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trintas) dias;

b. compensatória de 15% (quinze por cento), sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante a credenciada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a credenciada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a. a natureza e a gravidade da infração cometida;

b. as peculiaridades do caso concreto;

c. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d. os danos que dela provierem para o Contratante;

e. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.10. A personalidade jurídica da credenciada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a credenciada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



16.11. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.13. Os débitos da credenciada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a credenciada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16.14. Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Município de Porto Seguro-Bahia reserva-se no direito de impugnar a prestação de serviços, se estes não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

17.2. As disposições do credenciamento em tela encontrar-se-ão no edital de chamamento público.

17.3. A Administração Pública poderá, a qualquer momento, solicitar o descredenciamento dos interessados e contratados, quando não houver o cumprimento do disposto no edital de chamamento público, contrato administrativo, ou da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

17.4. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 15.263/2023.

17.5. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Seguro como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

José Rui Biffi Júnior

Coordenação Técnica Administrativa e Financeira

Débora Rosa Tavares

Coordenadora Técnica Vigilância em Saúde

Maria de Lourdes Tavares dos Santos

Superintendente Atenção Básica

Gislane dos Santos Moraes

Coordenadora Técnica da Atenção Especial

Marcelo Goes Tourinho

Coordenador Técnico de Urgência e Emergência



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



Vandermilza Barbosa de Souza
Coordenadora Técnica Saúde Mental

Magda Almeida Falabretti
Coordenadora Técnica de Saúde Bucal

Magdiel Nascimento da Silva
Setor de Manutenção SMAS

Érika Patricia Magnavita Silva Guerreiro
Secretária Adjunta - Secretaria de Educação

Thaise Campeche Souza
Superintendente de Administração.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias a prestação do serviço, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Carlos Renato da Silva Antunes
Secretário Municipal de Saúde

Luiz Fernando Cerqueira Leal
Secretário Municipal de Educação

Washington Junio Gomes Borges
Secretário Municipal de Assistência Social

Tarcísio Oliveira Santos
Secretário Municipal de Administração



ANEXO II
MODELO DE FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AO CREDENCIAMENTO

À COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO,

REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – Município de Porto Seguro-Ba.

O interessado, abaixo qualificado, requer sua inscrição no credenciamento do Município de Porto Seguro-Ba, objetivando o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO**, através das Secretarias de Educação, Saúde, Administração e Assistência Social, nos termos do Credenciamento nº 002/2026.

NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Telefones - Comercial:

E-mail:

CEP:

Cel.:

Porto Seguro-Ba, XX de XXXXXXXXX de 20XX.

Representante Legal:

Empresa:

CNPJ nº:

Obs.: Assinatura e carimbo da empresa ou assinatura eletrônica.



ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÕES DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À **Agente de contratação**,

XXXXEMPRESAXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede à XXXXXXXX, neste ato representado por XXXXXX, portador do documento de identidade nº XXXXXX emitido por XXXXXX, vem requerer, através do presente, o seu credenciamento para prestar serviço de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO**, conforme edital e regulamento publicado por este Município.

DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a. Conhece os termos do edital de credenciamento e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento, com os quais concorda;
- b. Está de acordo com as normas e tabela de valores definidos no edital;
- c. Realizará todas as atividades a que se propõe;
- d. Não se encontra suspensa, nem declarada inidônea para participar de licitações ou contratar com órgão ou entidades da Administração Pública;
- e. Não se enquadra nas situações de impedimentos previstos no edital do credenciamento;
- f. Não há qualquer fato impeditivo do seu credenciamento;
- g. Se compromete a declarar qualquer fato superveniente impeditivo de credenciamento ou de contratação;
- h. As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras.

Junta ao presente requerimento toda a documentação exigida no edital de credenciamento, devidamente assinada e rubricada.

Porto Seguro-Ba, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO IV
TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO Nº XXX/XXXX
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

O **MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, com sede a Rua Alfredo Dutra, nº 01, Bairro Centro, Porto Seguro- Bahia, CEP: 45.810-000 devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ sob o nº 13.635.016/0001-12**, neste ato representado Secretário Municipal de Administração Srº **TARCÍSIO OLIVEIRA SANTOS**, Secretário Municipal de Saúde Srº **CARLOS RENATO DA SILVA ANTUNES**, Secretário Municipal de Educação Srº **LUIZ FERNANDO CERQUEIRA LEAL**, Secretário Municipal de Assistência Social Srº **WASHINGTON JUNIO GOMES BORGES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXX** (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **ou** procuração apresentada nos autos, habilitado no **Credenciamento nº XXX/XXXX**, resolvem celebrar o presente termo de Contrato de **pessoa jurídica e/ou física** para Fornecimento, que se regerá pela Lei Federal 14.133/2021, pelas demais condições previstas no edital do **Credenciamento nº XXX/XXXX**, bem como mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

1.1 O presente termo tem por objeto o **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA FINS DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, REMANEJAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO**, nas especialidades relacionadas no Termo de Referência, conforme as especificações e condições constantes no Edital e Termo de Referência e documentos anexos.

1.2 Detalhamento do Objeto:

SERVIÇOS -01								
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND	QUANT	PERIODICIDADE ANO	QUANT TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNIDADES DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS TIPO SPLIT CAPACIDADES E MARCAS VARIADAS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA COM LAVAGEM DA UNIDADE CONDENSADORA, UTILIZANDO BOMBA DE ALTA PRESSÃO COM ÁGUA E DETERGENTE ADEQUADO, REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES DESTE EQUIPAMENTO E DO QUADRO ALIMENTADOR. "- MANUTENÇÃO PREVENTIVA COM LIMPEZA DE FILTROS E	UND	1116	2	2232		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	FRENTE PLÁSTICA, RETIRADA E DESMONTAGEM DO EQUIPAMENTO PARA LIMPEZA GERAL DA" UNIDADE EVAPORADORA COM O USO DE BOMBA DE ALTA PRESSÃO UTILIZANDO ÁCIDO FLUORÍDRICO DILUÍDO EM ÁGUA E DETERGENTE ADEQUADO. REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES DESTE EQUIPAMENTO E DO QUADRO ALIMENTADOR.						
.2	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM SERVIÇO ELÉTRICO E SERVIÇO DE SOLDA, PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS.	UND	266	1	266		
.3	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM SERVIÇO ELÉTRICO E SERVIÇO DE SOLDA, PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	121	1	121		
.4	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU RECARGA DE GÁS PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS.	UND	279	1	279		
.5	MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS OU RECARGA DE GÁS PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	106	1	106		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



.6		RETIRADA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DE 7.000 À 24.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHAS + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	325	1	325		
.7		RETIRADA, MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 33.000 À 60.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHAS + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	122	1	122		
.8		INSTALAÇÃO ADICIONAL DE LINHA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT E PISO TETO DE 9.000 À 24.000 BTUS, METRO LINEAR.	M	242	1	242		
.9		INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 A 24.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHA + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS.	UND	266	1	266		
.10		INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 E 60.000 BTUS COM ATÉ 03 METROS DE LINHA + MANUTENÇÃO E CARGA DE GÁS	UND	111	1	111		
.11		INSTALAÇÃO ADICIONAL DE LINHA PARA INSTALAÇÃO DE AR-CONDICIONADO SPLIT E PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS, METRO LINEAR."	M	200	1	200		
.12	FRIGOBAR, FREEZES E GELADEIRAS	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, REPARO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES. -MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM RECOLOCAÇÃO DE CARGA DE GÁS, SERVIÇO	UND	174	1	174		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



		DE SOLDA, SERVIÇO ELÉTRICO, MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (CAPACITORES, PROTETOR TÉRMICO)						
.13	BEBEDOUROS DE COLUNA, BEBEDOUROS INDUSTRIAIS E GELÁGUA.	MANUTENÇÃO PREVENTIVA, COM LIMPEZA GERAL DO EQUIPAMENTO, REAPERTO DE CONEXÕES E VERIFICAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ELETROELETRÔNICO DAS PARTES CONSTANTES. -MANUTENÇÃO CORRETIVA, QUANDO NECESSÁRIA, COM RECOLOCAÇÃO DE CARGA DE GÁS, SERVIÇO DE SOLDA, SERVIÇO ELÉTRICO, MÃO-DE-OBRA DE SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS (CAPACITORES, PROTETOR TÉRMICO)	UND	182	1	182		

PEÇAS - 02						
ITEM	TIPO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
.1	UNIDADES DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADOS TIPO SPLIT CAPACIDADES E MARCAS VARIADAS	CAPACITADORES PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	250		
.2		CAPACITADORES PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	104		
.3		PROTETOR TÉRMICO PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.4		PROTETOR TÉRMICO PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.5		PLACA ELETRÔNICA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.6		PLACA ELETRÔNICA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	56		
.7		SENSOR DE TEMPERATURA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000	UND	200		



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	BTUS.				
.8	SENSOR DE TEMPERATURA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.9	SENSOR DE DEGELO PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.10	SENSOR DE DEGELO PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.11	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.12	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.13	UNIDADE CONDENSADOR (SERPENTINA) PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.14	UNIDADE CONDENSADOR (SERPENTINA) PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.15	MOTOR COMPRESSOR PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.16	MOTOR COMPRESSOR PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.17	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 À 24.000 BTUS.	UND	200		
.18	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 À 60.000 BTUS.	UND	54		
.19	SUPORTE DE UNIVERSAL PARA AR-CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 E 24.000 BTUS.	UND	161		
.20	SUPORTE DE UNIVERSAL PARA AR-CONDICIONADO PISO TETO DE 30.000 E 60.000 BTUS.	UND	54		
.21	CONTROLE REMOTO, TIPO SEM FIO, APLICAÇÃO APARELHO AR-CONDICIONADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS UNIVERSAL.	UND	310		
.22	RECARGA DE GÁS.	UND	521		

1.3 O objeto contempla os critérios técnicos específicos, os pré-requisitos e os valores fixados para a realização da prestação dos serviços e fornecimento do objeto, tendo em vista a homologação do Processo de



Credenciamento nº 002/2026, com base no que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, nos termos da legislação vigente aplicável à matéria, assim como, pelas condições do edital e seus anexos e pelas cláusulas a seguir expressas, definidas dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes.

2. DO MODELO DE EXECUÇÃO, LOCAL E DA FORMA DA PRESTAÇÃO

- 2.1. A prestação do serviço contratado será realizada por execução indireta.
- 2.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
 - 2.2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado.
 - 2.2.2. Os serviços serão prestados de acordo a necessidade da Secretaria demandante ao qual indicará local para a realização dos mesmos, e deverão ocorrer em dias úteis, com horário de 08:00 às 12:00 e 13:30 às 17:00h.
 - 2.2.3. Início da execução do objeto: Em até **72 (setenta e duas) horas**, contadas da emissão da ordem de serviço.
 - 2.2.4. Quando a execução dos serviços depender do fornecimento de peças de reposição, o prazo previsto no item 8.2.3 somente terá início a partir da confirmação do aceite do orçamento das referidas peças. Os orçamentos deverão ser elaborados pela empresa e devidamente aprovado por servidor deste Município, após a identificação da necessidade de substituição da peça indicada. Para sua composição, deverão ser considerados, no mínimo, 03 (três) preços obtidos no mercado local ou regional, acrescidos de pesquisa em bancos de preços públicos. Deverá ser adotada a média ou a mediana dos valores coletados, utilizando-se aquele que resultar no menor preço, em conformidade com o art. 23, e nos termos das disposições previstas no Termo de Referência.
- 2.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ser executados por profissionais qualificados, habilitados (técnicos/mecânicos de refrigeração) e uniformizados, sob a supervisão direta da empresa prestadora dos serviços utilizando-se de ferramentas adequadas, com vista a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes, obedecendo rigorosamente aos procedimentos e materiais recomendados pelos fabricantes, às normas técnicas e legais vigentes determinadas pelos órgãos competentes.
- 2.4. Todo material utilizado para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como as peças a serem trocadas, devem ser de boa qualidade, utilizando-se das marcas de boa aceitação no mercado.
- 2.5. As ferramentas, máquinas utilizadas na prestação dos serviços, bem como equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA.
- 2.6. A Contratada deverá dispor de meios de comunicação "**Service Desk Virtual**" (onde o atendimento aos usuários é feito de forma totalmente online, através de chats ou sistemas que possibilitem o contato entre cliente "órgão público", empresa prestadora de serviços e profissional de suporte em tempo real) para solicitar e formalizar demandas de "tickets suportes e serviços" no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir das aberturas dos chamados relativos ao objeto desta licitação, que são destinados às Secretarias e Unidades Públicas que abrangem o Município de Porto Seguro – BA.
 - 2.6.1. O Sistema "Service Desk" deve emitir relatórios de todos os chamados e serviços e poderá ser acessado "via web" pelo órgão Gerenciador e pelo prestador dos serviços para o acompanhamento do contrato em questão, bem como, das prioridades de execução de serviços e suportes.
 - 2.6.2. O Contratado deverá disponibilizar o PMOC Online, Plano de Manutenção, Operação e Controle, um controle que deve ser feito para os sistemas de climatização de prédios públicos e privados conforme normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) para o modelo PMOC de ares-condicionados prevista na lei 13.589/18 e Resolução nº 9 da Anvisa. O documento deve conter informações importantes, como os dados da edificação, a periodicidade das manutenções e diversos outros pontos conforme contrato em anexo ao edital.
 - 2.6.3. A Contratada deverá dispor à Contratante "no mínimo" 03 (três) equipes técnicas, cada uma com 02 (duas) pessoas capacitadas para os atendimentos das demandas de suportes e serviços que abrangem as Secretarias Municipais.
 - 2.6.4. Os reparos de pequena monta deverão ser realizados in loco. No caso de absoluta necessidade de remoção do equipamento ou de seus componentes, tal deslocamento será de responsabilidade financeira da contratada, que deverá contar com oficina ou estabelecimento próprio, localizado no Município de Porto Seguro/BA, e devidamente adequado para a execução dos consertos. Quando a manutenção corretiva não puder ser realizada nas dependências da contratante, os equipamentos ou componentes poderão ser removidos para o centro de atendimento da contratada, observadas as seguintes condições:
 - Parecer técnico da Contratada justificando a necessidade de remoção do equipamento ou componentes, contendo a data prevista para a sua devolução no endereço de origem da Contratante e o responsável pela sua retirada;
 - Documento contendo aprovação do responsável técnico pelo equipamento (Patrimônio);
 - Autorização expressa do Gestor do contrato;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- Atendimento aos procedimentos legais de saída de bens permanentes definidos pelo Município;
 - Acondicionamento em embalagem e transporte adequados, seguros, rápidos e eficazes por conta, ônus e responsabilidade da Contratada (ida-volta);
 - Assinatura de um termo de retirada/guarda do equipamento, em que a Contratada se responsabiliza pela guarda e por todos os danos e avarias a que der causa no equipamento.
 - O prazo para a execução dos serviços deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do Chamado/Ordem de Serviço;
- 2.7.** A Contratada deverá fornecer, sem custo adicional para a Contratante, durante a execução contratual.
- 2.7.1.** Material de reposição, tais como: fusíveis, parafusos, buchas, terminais elétricos, porcas, arruelas etc;
- 2.7.2.** Material necessário à instalação ou remanejamento dos aparelhos: cabos elétricos;
- 2.7.3.** Linha frigorígena com cabo PP e tubulação de cobre isolada; dreno em PVC até a altura do piso;
- 2.7.4.** Carga de gás R22, R410 ou R32, caso necessário;
- 2.7.5.** Eletrodutos, abertura e fechamento de vãos de alvenaria, ou forro e arremates em pintura, quando necessário;
- 2.7.6.** Recuperação ou troca de tubulação e água, vidros, rede elétrica entre outros componentes dos prédios em caso de dano ou quebra acidental durante a prestação de serviço;
- 2.7.7.** Material de consumo e de limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionados, tais como: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, esponjas de aço, utensílios e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxantes, produtos antiferrugem, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas tipo Araldite e Super Bonder, Durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escovas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênio, nitrogênio, acetileno e outros similares, e quaisquer outros necessários a execução do serviço;
- 2.7.8.** Ferramentas e acessórios: escada; serras; furadeira; maçarico; equipamentos de medição; equipamentos de solda e corte; bomba de vácuo; e mala de ferramentas adequadas para manutenção, instalação ou remanejamento de aparelhos de ar condicionado; andaime (próprio ou alugado), balancins, cadeirinhas suspensas e outros equipamentos dessa natureza;
- 2.7.9.** Peças e insumos: tubos de cobre, isolamento térmica, terminais de conexão, cabo PP, plugue macho para ligação do aparelho na tomada (10A ou 20A, quando necessário), suporte do condensador, mangueira cristal (dreno);
- 2.7.10.** Equipamentos de Proteção Individual - EPIs: Botina de segurança, sem biqueira de aço, com solado de borracha vulcanizada; Capacete de segurança; Luva de raspa de couro com cano curto; óculos de segurança com proteção lateral; protetor auricular de ruídos; espuma com cordão plástico tipo plug de inserção
- 2.8.** Durante a execução dos serviços, a contratada deverá observar:
- 2.8.1.** A utilização do gás ecológico R-410A, para os aparelhos compatíveis com este produto, visando, desta forma, atender os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MPOG;
- 2.8.2.** A utilização do gás ecológico R32, para os aparelhos compatíveis com este produto, de acordo com a ABNT NBR 14725: 2023;
- 2.8.3.** A destinação ambientalmente adequada de todos os materiais, embalagens e equipamentos que forem utilizados na prestação de serviços, inclusive as pilhas e/ou baterias usadas ou inservíveis;
- 2.8.4.** A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 2.8.5.** A utilização de produtos de limpeza, fungicidas e bactericidas biodegradáveis e não corrosivos;
- 2.8.6.** A realização dos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs), abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e triclouroetano, de acordo com o disposto na Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, no 5, de 14 de fevereiro de 2018).
- 2.9.** A Contratada deverá executar minimamente, as seguintes tarefas básicas, efetuando correções quando necessário (rol exemplificativo):
- 2.9.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA COMPREENDE:**
- Revisão completa dos equipamentos;
 - Limpeza geral dos equipamentos, com a verificação e eliminação de todo o tipo de sujeira, poeira, danos, ferrugem e corrosão no gabinete, na moldura de serpentina e na bandeja, incluindo a lavagem das serpentinas e bandejas com remoção de fungos, do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos, eliminando os pontos de oxidação, com posterior pintura das peças trabalhadas;
 - Limpeza da frente plástica, da parte frontal do evaporador, parte externa do condensador, com verificação do seu estado de conservação;
 - Limpeza do filtro de ar, verificando e eliminando possíveis frestas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- Limpeza/lavagem (quando recuperável) ou substituição (quando descartável) do elemento filtrante (fibras de nylon aglutinadas e resina sintética ou espuma de poliuretano). No caso de limpeza/lavagem, deve-se utilizar os meios e substâncias mais adequados, como exemplo: por imersão em solução de água morna e sabão neutro, enxaguando-o em água corrente e secando-o bastante antes de recolocá-lo no aparelho;
- Limpeza e lubrificação (quando exigido) de buchas, mancais, eixo do motor do ventilador, hélice do ventilador, serpentinas do evaporador e condensador;
- Limpeza de condensadores e evaporadores, com lavagem completa do sistema de aletamento e tubos, utilizando-se produtos químicos decapante, de forma a eliminar a oxidação superficial das aletas e serpentinas;
- Verificação de grades de ventilação/exaustão, chave seletora, válvula reversora e de expansão, filtro e secador, nível de óleo, funcionamento da resistência de aquecimento do cárter, termostato, tomada, rabicho chave seletora, capacitores de fase eletrolítico, quadros e outros componentes elétricos;
- Verificação de ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes, apertos de terminais, suportes, parafusos, polias, painéis, protetores, molas, chassis, rolamentos, assim como demais reparos necessários ao alinhamento, balanceamento e fixação dos equipamentos; Verificação, reparo e limpeza de toda a tubulação, mangueiras e conexões, incluindo isolamentos, drenagem de água da bandeja, inclinação e desobstrução do dreno (com a limpeza do dreno);
- Medição e registro de tensão elétrica na alimentação do compressor e motores, assim como a temperatura do ar, insuflamento, retorno e ambiente, diferencial de pressão, operação de controles de vazão, inspecionando todo o sistema para averiguar e sanar quaisquer irregularidades, medindo voltagem, amperagem, temperatura e efetuando leitura da corrente e tensão de todo sistema elétrico;
- Verificação da vedação dos painéis de fechamento do gabinete e do protetor térmico compressor, assim como o estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete (se está preservado e se contém bolor), da resistência de isolamento dos motores e compressores;
- Verificação e calibração dos dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo), relés térmicos e fusíveis e do termostato de controle de temperatura do ambiente; Lubrificação das partes necessárias, tais como as partes móveis do equipamento, os eixos dos motores elétricos e realizar banho de vaselina industrial nas partes ferrosas;
- Medição e complemento da carga de gás refrigerante, bem como correção de vazamento na tubulação frigorígena, de modo a garantir a carga térmica necessária ao perfeito rendimento dos equipamentos;
- Verificação do controle remoto dos equipamentos, substituindo as pilhas ou baterias, quando necessário.
- Verificação de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- Indicação de necessidade de Manutenção Corretiva, quando necessário; Realização de outros serviços necessários de natureza preventiva.

2.9.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA:

- Atendimento: Disponibilidade para atendimento a chamados de manutenção corretiva em até **72h (setenta e duas horas)**, a partir da abertura do chamado.

2.9.2.1. A manutenção corretiva compreende:

- Realização da troca de peças ou componentes danificados por itens novos, genuínos ou originais, mantendo-se as mesmas características e especificações técnicas dos aparelhos mantidos ou instalados, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de peças remanufaturadas, recondiçionadas ou recuperadas;
- Substituição do filtro de gás, quando for o caso; Realização da carga de gás completa, quando for o caso; Fornecimento e substituição de chave contactora;
- Desativação da botoeira (liga e desligar) da placa do evaporador; Fornecimento e substituição de hélice ventilador;
- Fornecimento e substituição de placa eletrônica universal que obrigatoriamente deve vir com o seu respectivo controle e pilhas;
- Fornecimento e substituição de placa receptora; Fornecimento e substituição de serpentina condensadora; Fornecimento e substituição de serpentina evaporadora;
- Fornecimento e substituição de turbina ventilador evaporadora; Fornecimento e substituição de válvula serviço;
- Fornecimento e substituição de capacitor evaporador; Fornecimento e substituição de capacitor fase compressor; Fornecimento e substituição de capacitor fase ventilador;
- Fornecimento e substituição do compressor convencional e inverter; Fornecimento e substituição do motor ventilador do evaporador; Fornecimento e substituição do motor ventilador da condensadora; Rebobinamento do motor ventilador do evaporador; Rebobinamento do motor ventilador da condensadora;
- Fornecimento e substituição do sensor temperatura / anticongelamento; Fornecimento e substituição do termostato;
- Reparo nos chassis condensadora;
- Fornecimento e substituição de bobina solenoide;



- Fornecimento e substituição de controle remoto, quando necessária a substituição deverá ser pelo modelo universal, com pilhas ou baterias inclusas;
- Fornecimento e substituição de gabinete; Fornecimento e substituição de filtro de ar;
- Fornecimento e substituição de plug macho branco 20A 2P+T NBR14136;
- Fornecimento e substituição do suporte da condensadora ou evaporadora, incluindo também buchas e parafusos e demais materiais necessários;
- Recuperação dos revestimentos protetores e pintura do chassi do equipamento com tinta à base de alcatrão e hulha, de forma a preservar o seu estado original, quando necessário; Correção, se necessário, da posição de drenos, dutos e mangueiras que drenam a água expelida pelos equipamentos de ar condicionado, com o fornecimento dos materiais necessários;
- Recondicionamentos do chassi, compressor e motor do ventilador;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

2.9.2.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO (GELADEIRA, FREEZER, BEBEDOURO ETC):

- Realização de testes de funcionamento nos equipamentos, procedendo com a imediata recuperação dos aparelhos que se encontram fora de funcionamento;
- Fornecimento e substituição de peças ou componentes danificados por itens novos, genuínos ou originais, conforme o tipo, modelo e marca do equipamento a ser reparado, mantendo-se as mesmas características e especificações técnicas dos equipamentos, não podendo se valer, em nenhuma hipótese, de peças remanufaturadas, recondicionadas ou recuperadas;
- Fornecimento e substituição, quando necessário, de borrachas de vedação das portas, motores, termostato, chave liga/desliga, regulador de temperatura, compressor, tubo conectivo, placas e sensores, filtros, resistências, fusíveis, parafusos, correias, imãs, terminais elétricos, entre outras peças e componentes necessários à perfeita execução do serviço;
- Fornecimento e substituição de sifões, mangueiras, engates, torneiras, ralos, drenos, filtros e demais peças e componentes para bebedouros;
- Correção de vazamentos de gás, com o fornecimento e reposição da carga de gás refrigerante próprio ao equipamento;
- Fornecimento e substituição ou complemento de óleo mineral e/ou do óleo lubrificante; Medição e teste de termostato, corrente e tensão, isolamento dos compressores/motores, relés, rendimento frigorígeno, temperatura, expansão, válvulas, estanqueidade da rede frigorígena etc;
- Realização de reparos elétricos, apertos e limpeza de oxidações, substituindo as partes (peças ou componentes) avariadas, oxidadas ou desgastadas;
- Realização de solda, vedações na tubulação e aparelho, desmontagem e montagem de motor/compressor;
- Realização de higienização externa e interna dos componentes e peças dos equipamentos; Fornecimento de graxas, solventes, produtos químicos e de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferruginosa, tinta, lixa, neutrol, underseal, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, zarcão, vaselina, oxigênio, nitrogênio, acetileno, gases freon, materiais e produtos de limpeza em geral;
- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

2.10. DAS PEÇAS:

2.10.1. As peças utilizadas deverão ser originais, novas, de primeiro uso e compatíveis com os equipamentos instalados e entregues com o termo de garantia do fabricante. A Contratada deverá utilizar somente peças, materiais ou acessórios recomendados ou autorizados pelo fabricante, não podendo valer-se de materiais recondicionados ou recuperados, salvo em situações de falta de serviços no mercado devidamente justificado pela Contratada e autorizado pela Contratante.

2.10.2. A substituição de peças e componentes dos aparelhos somente ocorrerá mediante prévia e expressa autorização da Contratante, que se dará, obrigatoriamente, a partir da apresentação e envio formal pela Contratada dos itens necessários. Os orçamentos apresentados serão analisados pelo Fiscal/Gestor do contrato, que procederá com a avaliação da compatibilidade de preço, devendo ser autorizado o orçamento. Caso seja verificado preço acima do valor de mercado, a qualquer momento, a Contratante poderá abrir diligência para apuração do melhor preço, através de comparação com demais tabelas de mercado, informando à Contratada o valor encontrado para aquisição;

2.10.3. Anteriormente à substituição de peças e componentes, deverá ser emitido parecer pela Contratada sobre a viabilidade técnica e econômica da realização dos reparos necessários ao pleno funcionamento do equipamento avariado. O parecer deverá ser entregue ao Fiscal/Gestor do contrato, que analisará a conveniência ou não da execução da substituição da peça em comparação ao valor do bem a ser reparado;

2.10.4. A substituição das peças e componentes deverá ser efetuada com peças originais, de primeiro uso e genuínas, não recondicionadas, recomendadas pelo fabricante e por normas técnicas vigentes, devendo ser acompanhadas da Nota Fiscal



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



de aquisição e sendo garantidas à Contratante as mesmas garantias concedidas pelo fabricante das peças substituídas, cabendo à Contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrente da má aplicação dos mesmos;

2.10.5. Somente se comprovada a inexistência de peças originais no mercado, a Contratada poderá utilizar peças similares equivalentes, sendo estas novas e sem uso, desde que não venha comprometer o funcionamento do aparelho. A substituição e utilização de peças similares deverá ser formalmente justificada e solicitada por meio de parecer da Contratada encaminhado ao Fiscal/gestor do contrato;

2.10.6. Fica subentendida a alternativa “peça similar equivalente” para todos os materiais ou equipamentos identificados nesta especificação técnica através de determinada marca, tipo, modelo, referência ou fabricante. Diz-se que dois materiais ou equipamentos apresentam similaridade se desempenham idêntica função construtiva e apresentam as mesmas características técnicas especificadas nesta especificação técnica;

2.10.7. Todas as peças e componentes, quando substituídos, deverão ser entregues ao Fiscal /gestor do contrato após o conserto do equipamento;

2.10.8. No caso de constatação de defeito ou mau funcionamento das peças aplicadas ou dos serviços realizados, a Contratada fica obrigada a realizar a correção do serviço, com a substituição do item falho, sem ônus para a Contratante, ficando estipulado o prazo máximo para o início dos trabalhos de correção em 02 (dois) dias úteis, e o prazo para a conclusão será o mesmo inicialmente estabelecido;

2.11. DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO:

2.11.1. A Instalação consiste em colocar o aparelho no local indicado pela administração de forma que o mesmo, após instalação concluída, esteja em seu perfeito funcionamento, de conformidade com as normas do fabricante e legislação vigente, sendo mantida a garantia dos serviços executados durante a vigência da contratação. Quando os serviços houver a necessidade da remoção de móveis, estes deverão ser recolocados em seus respectivos locais, bem como a limpeza de toda e qualquer sujeira provocada pela instalação.

2.11.2. A Desinstalação consiste em retirar o aparelho do local indicado pela administração mantendo seu perfeito funcionamento, de conformidade com as normas do fabricante e legislação vigente. Quando os serviços houver a necessidade da remoção de móveis, estes deverão ser recolocados em seus respectivos locais, bem como a limpeza de toda e qualquer sujeira provocada pela desinstalação deverá ser removida:

- Os serviços de instalação compreendem a colocação do aparelho de ar condicionado novo ou usado em local determinado pela Contratante, com fornecimento de todos os insumos e mão de obra necessários para a realização do serviço, atendendo, no mínimo, sem custos adicionais para a Contratante (rol não taxativo):
- Fixação das unidades evaporadora e condensadora em suportes apropriados, passagem da tubulação frigorígena de cobre com proteção térmica e dreno em PVC até o piso; cabos de comando e interconexão das peças, incluindo todo o material e mão de obra necessários, tais como: aplicação de gás, tubulações, mão francesa (quando necessário), parafusos e buchas, instalações elétricas e demais adaptações técnicas que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- Utilização de silicone e prensa cabos para a vedação final de todas as interligações necessárias, de forma a preservar a total estanqueidade dos gabinetes;
- Utilização de espuma elastomérica de espessura mínima de 09 mm, constituído de uma estrutura de células fechadas, resistente ao fogo, condutividade mínima de 0,035w/m.k à 0°C e resistência a difusão de vapor d'água maior ou igual a 7000, para o isolamento térmico flexível das linhas de líquido e gás;
- Utilização de tubos de PVC para as passagens da tubulação através das paredes de alvenaria, evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal, o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorígena, prevenindo a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre;
- Realização de todas as intervenções necessárias em alvenaria como furação, reboco, acabamento e pintura. Os furos necessários devem ser executados na alvenaria e não nos elementos da estrutura de concreto armado (vigas, lajes e pilares). Os locais onde foram feitas aberturas para a passagem da tubulação e conexão dos equipamentos à rede elétrica deverão ser preenchidos com argamassa de cimento e areia ou gesso e pintado, a fim de preencherem os rasgos e furos expostos;
- Realização da instalação elétrica do equipamento e da correta instalação do dreno, se o local da instalação não possuir, sem custos adicionais para a Contratante, não sendo admitido, em hipótese alguma, aparelhos gotejando em calçadas etc, além de tubos e fios aparentes;
- Realização de testes de funcionamento e de estanqueidade, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Verificação de vibrações, vazamentos, ruídos e obstrução na mangueira do dreno, procedendo com o reparo em caso de necessidade;
- Fornecimento e instalação de plugue macho (10A ou 20A) para ligação da evaporadora na tomada, quando necessário;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- Remoção e destinação adequada de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação, a fim de se entregar o local de instalação em perfeito estado de limpeza e conservação;

- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

2.12. DOS SERVIÇOS DE REMANEJAMENTO:

- Retirada do evaporador e do condensador do equipamento, os quais deverão ser colocados em local designado pelo fiscal do contrato;

- Recomposição do telhado e sua vedação, quando necessário, de forma a não permitir infiltração;

- Desmontagem e montagem de forro, onde houver necessidade;

- Retirada da tubulação frigogênica de cobre e dos suportes e conexões, quando houver necessidade.

- Fixação das unidades evaporadora e condensadora em suportes apropriados, passagem da tubulação frigorígena de cobre com proteção térmica e dreno em PVC; cabos de comando e interconexão das peças, incluindo todo o material e mão de obra necessários, tais como: aplicação de gás, tubulações, mão francesa (quando necessário), parafusos e buchas, instalações elétricas e demais adaptações técnicas que se fizerem necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

- Utilização de silicone e prensa cabos para a vedação final de todas as interligações necessárias, de forma a preservar a total estanqueidade dos gabinetes;

- Utilização de espuma elastomérica de espessura mínima de 09 mm, constituído de uma estrutura de células fechadas, resistente ao fogo, condutividade de 0,035w/m.k à 0°C e resistência a difusão de vapor d'água maior ou igual a 7000, para o isolamento térmico flexível das linhas de líquido e gás;

- Utilização de tubos de PVC para as passagens da tubulação através das paredes de alvenaria, evitando o contato direto do cobre com a argamassa de cimento/cal, o que poderia provocar a perfuração das paredes da tubulação frigorígena, prevenindo a formação de oxidação no interior dos tubos de cobre;

- Realização de todas as intervenções necessárias em alvenaria como furação, reboco, acabamento e pintura. Os furos necessários devem ser executados na alvenaria e não nos elementos da estrutura de concreto armado (vigas, lajes e pilares). Os locais onde foram feitas aberturas para a passagem da tubulação e conexão dos equipamentos à rede elétrica deverão ser preenchidos com argamassa de cimento e areia ou gesso e pintado, a fim de preencherem os rasgos e furos expostos;

- Realização da instalação elétrica do equipamento e da correta instalação do dreno, se o local da instalação não possuir, sem custos adicionais para a Contratante, não sendo admitido, em hipótese alguma, aparelhos gotejando em calçadas, além de tubos e fios aparentes;

- Realização de testes de funcionamento e de estanqueidade, procedendo com o reparo em caso de necessidade;

- Verificação de vibrações, vazamentos, ruídos e obstrução na mangueira do dreno, procedendo com o reparo em caso de necessidade;

- Fornecimento e instalação de plugue macho (10A ou 20A) para ligação da evaporadora na tomada, quando necessário;

- Remoção e destinação adequada de todos os resíduos decorrentes do processo de instalação, a fim de se entregar o local de instalação em perfeito estado de limpeza e conservação;

- Outros serviços que devam ser executados para colocar equipamentos em operatividade.

2.13. DO RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E DA GARANTIA:

2.13.1. Sempre que realizar serviços, a empresa CONTRATADA deverá elaborar Relatório mensal dos serviços prestados, entregando cópia ao fiscal do contrato, em que deverá constar:

a) Descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas e orçamento, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado;

b) A garantia dos serviços de mão de obra, que não poderão ser inferiores a 90 (noventa) dias.

2.13.2. A contagem dos prazos acima inicia-se a partir da conclusão do serviço ou da substituição da peça;

2.13.3. Caso o equipamento volte a apresentar problema dentro do prazo de garantia acima (tanto da peça quanto da mão de obra), a mão de obra e peças/componentes trocadas para correção não poderão ser cobradas novamente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da pessoa física ou jurídica contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 3.6. A fiscalização decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada por servidor designado posteriormente via portaria expedida pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- 3.7. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 3.12. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 3.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do credenciado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 3.14. O gestor do contrato, será designado posteriormente via portaria expedida pela Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
 - II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
 - IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
 - V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
 - VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 3.15. O credenciado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.
- 3.16. O credenciado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E REAJUSTE

- 4.1 O credenciado obriga-se a prestar os serviços e/ou fornecer o objeto, objeto deste edital de credenciamento, pelo valor de **R\$ XX.XXX,XX (XXXXXX)** por xxxxxxxx, nele incluído impostos, taxas, contribuições e demais tributos que envolvem o serviço.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 4.2 Os pagamentos dos serviços prestados e/ou fornecimento do objeto, deverão ser realizados na conta corrente do CONTRATANTE, devendo os respectivos créditos ser lançados no BANCO XXX, AGÊNCIA XXXXX, CONTA CORRENTE XXXX, em nome da CONTRATADA.
- 4.3 A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXX- BA, inscrita no CNPJ/MF nº XXXXXXXXXXXX, sediada na XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX.
- 4.4 Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do interessado.
- 4.5 Na execução desse contrato, as despesas relativas a pessoal representam um total de 60% (sessenta por cento), sendo 40% (quarenta por cento) restantes relativos a gastos com insumos, impostos e diversos.
- 4.6 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__.
- 4.7 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice XXXXXXX (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 4.8 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 4.9 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 4.10 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 4.11 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 4.12 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 4.13 O reajuste será realizado por apostilamento.

5. CLÁUSULA QUINTA– DA AVALIAÇÃO DO OBJETO E DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

- 5.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Credenciado:
- 5.2 Não produzir os resultados acordados, conforme indicadores de qualidade e metas estabelecidas;
- 5.3 Deixar de executar, ou não executar com a qualidade técnica e ética mínima exigida, os serviços contratados, em desacordo com o Termo de Referência, protocolos clínicos ou legislação pertinente; ou
- 5.4 Deixar de disponibilizar a estrutura física adequada, os equipamentos ou os materiais exigidos para a execução dos serviços, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada, comprometendo o funcionamento dos veículos
- 5.5 Do Recebimento**
- 5.1.1. As medições serão realizadas mensalmente através da análise do **PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle**, que deverá ser atualizado e apresentado mensalmente pela CONTRATADA ao fiscal do contrato, com a descrição de todos os serviços realizados.
- 5.1.2. A contratada deverá apresentar, **mensalmente**, como condição ao aceite dos serviços e liberação de pagamento o **relatório dos serviços prestados**, conforme exigido no **item 8.16** do Termo de Referência.
- 5.1.3. A contratada deverá emitir Nota Fiscal somente após medição e aceite dos serviços pela fiscalização, que autorizará a emissão de Nota Fiscal por parte da contratada. Essa deverá ser encaminhada juntamente com as certidões negativas vigentes da empresa.
- 5.1.4. Como condição para liberação da primeira parcela, a contratada deve apresentar:**
- a) O Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, cronograma de execução de serviços, as periodicidades de cada serviço a ser executado, atendendo ao apresentado neste Termo de Referência, bem como as especificações constantes na legislação e normas vigentes.
- 5.1.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



5.1.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

5.1.7. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

5.1.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

5.1.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.1.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

5.1.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.1.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

5.1.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.1.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.2. Liquidação

5.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- g) o prazo de validade;
- h) a data da emissão;
- i) os dados do contrato e do órgão contratante;
- j) o período respectivo de execução do contrato;
- k) o valor a pagar; e
- l) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



5.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

5.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.2.5. A Administração deverá:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/ contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

5.3. Prazo de pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta dias) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

5.4. Forma de pagamento

5.4.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.4.2. A contratada deverá discriminar as despesas com serviços de terceirização de mão de obra, a nota fiscal deverá estar acompanhada de uma planilha discriminando, de forma individualizada, o item, a descrição, os valores e respectivos percentuais dos insumos e da mão de obra, de conformidade com as cláusulas constantes no Contrato, cuja inobservância implicará na apropriação, pelo Tribunal de Contas, do total da despesa como sendo de pessoal, conforme art. 1º da Orientação Normativa - IN 02/2018, art. 4º, §3º, alínea "h" da Resolução nº 1.060/2005 do TCM/BA, Resolução nº 1.323/2013 TCM/BA, art. 13, inciso XI da Resolução TCM/BA nº 1379/2018 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

5.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.5. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e Contribuição para os Programas de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), na forma da Instrução Normativa RFB nº1.234 de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

5.4.6. Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e,

5.4.7. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação pertinente.

5.4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.10. Todos os encargos, impostos e demais tributos correm por conta do Credenciado.

5.4.11. Nos preços computados neste Contrato, estão incluídos todos os custos com salários encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacione com o fiel cumprimento, pelo contratado de suas obrigações.

Edital de Licitação



5.4.12. O pagamento à pessoa credenciada será efetuado através de ordem bancária ou crédito em conta corrente em até trinta dias úteis, desde que devidamente atestada a conclusão de cada etapa do serviço correspondente.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.2. As despesas provenientes do objeto deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária do Município de XXXXXXXXXXXX- BA, por intermédio dos recursos consignados no orçamento:

XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX

6.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- 7.1. A CREDENCIANTE obriga-se a:
- 7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 7.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CREDENCIADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, por meio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 7.5. Comunicar à CREDENCIADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção e certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 7.6. Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste contrato;
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CREDENCIADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por dano causado a terceiros decorrentes de ato da mesma, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADA

- 8.1. A CREDENCIADA obriga-se a:
- 8.2. Manter, durante todo o período em que estiver credenciada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- 8.3. Executar os serviços e fornecer peças em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- 8.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;
- 8.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.6. Comunicar ao Secretário, por escrito, e com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
- 8.7. Manter-se regular junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria;
- 8.8. Comunicar à CREDENCIANTE qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do Contrato;
- 8.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 8.10. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência;
- 8.11. Responsabilizar-se por todos os danos causados à CREDENCIANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, provocados pela negligência, imprudência ou imperícia quando repará-las e corrigi-las às suas expensas;
- 8.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 8.14. Observar a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, e todas as normas legais aplicáveis ao objeto da presente contratação;
- 8.15. Manter a devida comunicação com o Fiscal do Contrato acerca das ocorrências relativas a eventuais afastamentos, faltas ou qualquer irregularidade verificada;
- 8.16. Arcar com os impostos, taxas e contribuições incidentes sobre o objeto deste Termo de Referência, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em lei;
- 8.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- 8.18. Enviar ao Fiscal do contrato, mensalmente, a nota fiscal dos serviços prestados, cópia da comprovação de recolhimento das obrigações e encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e demais legais que envolverem os profissionais contratados, sob pena de retenção de pagamento até a devida comprovação dos recolhimentos;
- 8.19. Zelar pelo mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais, e inovações que venham a ter conhecimento ou acesso, ou que lhe tenham sido confiados em razão desta contratação, sendo eles de interesse do Contratante, não podendo sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar para quaisquer finalidades ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, sob as penas da Lei;
- 8.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.21. Fornecer o material necessário para a manutenção/instalação e dispor de todas as ferramentas e equipamentos essenciais para a correta execução dos serviços prestados;
- 8.22. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 8.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 8.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 8.25. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 8.26. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 8.27. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.28. Cumprir integralmente as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- 8.29. Apresentar relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto;
- 8.30. Cumprir os horários com pontualidade e assiduidade;



8.31. Aceitar, quando solicitado pelo CONTRATANTE, nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras e serviços de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, na forma do art. 125 da Lei Federal Nº 14.133/21.

8.32.

9. CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços executados (manutenções preventivas e corretivas ou instalações e remanejamentos de aparelhos de ar-condicionado), terão garantia mínima de 90 dias. Enquanto as peças e acessórios originais substituídos deverão ter garantia mínima de 6 (seis) meses ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior. A garantia será contada a partir do primeiro dia útil subsequente à data da comprovação de execução do serviço pelo Fiscal.

12.2. A contagem dos prazos acima inicia-se a partir da conclusão do serviço ou da substituição da peça;

12.3. Caso o equipamento volte a apresentar problema dentro do prazo de garantia acima (tanto da peça quanto da mão de obra), a mão de obra e peças/componentes trocadas para correção não poderão ser cobradas novamente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.



13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES E SANÇÕES

14.1. Penalidades

- 14.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:
- 14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.1.6. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 14.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.2. Sanções

- 14.2.1. Verificada uma das hipóteses previstas nos subitens anteriores, a Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA, poderá optar pela convocação dos demais credenciados, se houver.
- 14.2.2. Pelo não cumprimento total ou parcial do objeto contratado a Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA poderá, garantida a prévia defesa do credenciado, no prazo de 15 (cinco) dias úteis, aplicar as seguintes sanções:
- 14.2.3. advertência;
- 14.2.4. multa;
- 14.2.5. impedimento de licitar e contratar;
- 14.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 14.2.7. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.2.8. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.2.9. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.2.10. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.2.11. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.2.12. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.2.13. Multa calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.
- 14.2.14. impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.2.15. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.2.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.2.17. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



- 15.1. Fazem parte deste instrumento o disposto no Edital de Credenciamento e seus anexos, tendo plena validade entre as partes contratantes.
- 15.2. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Termo de Credenciamento, não exime o infrator de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.
- 15.3. O credenciado se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Sexta.
- 15.4. O presente Termo de Credenciamento é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações.
- 15.5. Os casos omissos serão decididos pela Credenciante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis.
- 15.6. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.
- 15.7. Fica eleito o Foro da Comarca de XXXXXXXXXXXX- BA, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Termo de Credenciamento.
- 15.8. E, por assim estarem de acordo e ajustados, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, para a produção dos desejados efeitos jurídicos.

Porto Seguro – BA xxxxxxxx de xxxxxx de 2026

TARCÍSIO OLIVEIRA SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS RENATO DA SILVA ANTUNES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

WASHINGTON JUNIO GOMES BORGES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LUIZ FERNANDO CERQUEIRA LEAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EMPRESA
REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(ART. 63, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/21)

À Agente de contratação

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), (CNPJ Nº), sediada (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no edital referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da credenciamento referenciado.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos ao Credenciamento em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Porto Seguro-Ba, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS PREVISTO EM
LEI
(ART. 63, INCISO IV, DA LEI Nº 14.133/21)

(RAZÃO SOCIAL DO CREDENCIADO), (CNPJ Nº), sediada no (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em Lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Porto Seguro-Ba, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE,
OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

À Agente de contratação

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do Credenciamento nº 002/2026, promovido pelo Município de Porto Seguro/Ba, que a empresa (nome completo) – (CNPJ), com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Porto Seguro-Ba, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO VIII
MODELO DECLARAÇÃO DO CREDENCIADO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).

À Agente de contratação

CREDENCIAMENTO Nº 002/2026

A signatária _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara por aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim() Não ()

Porto Seguro-Ba, ____ de _____ de 20XX.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PONTO DE APOIO

À
Prefeitura Municipal de Porto Seguro

Ref.: Credenciamento nº 002/2026

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede _____, neste ato representada por seu(a) representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____ e RG nº _____, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que se compromete a disponibilizar, como critério de assinatura do contrato, ponto de apoio devidamente estruturado e situado no Município de Porto Seguro, destinado à guarda, armazenamento, manutenção e apoio operacional dos equipamentos vinculados à execução contratual.

Declara, ainda, que o referido espaço possuirá condições adequadas para atendimento das demandas da Administração Municipal, garantindo suporte logístico compatível com a execução dos serviços, observando as exigências previstas no edital e seus anexos.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

(Nome e assinatura do representante legal)
Carimbo da empresa com CNPJ ou Assinatura digital



ANEXO X
RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA EM OFICINA CREDENCIADA
(A SER PREENCHIDO PELO SERVIDOR)

Credenciamento nº: 002/2026

Processo Administrativo nº: 1.719/2025

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço completo da oficina: _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA VISTORIA

Data da vistoria: _____

Servidor responsável pela vistoria: _____

Cargo/Função: _____

Matrícula: _____

3. OBJETIVO DA VISTORIA

De acordo com o tópico 4 do Termo de Referência (Requisitos da Contratação), anexo ao Edital, o município poderá realizar vistoria nas dependências da empresa credenciada, a fim de averiguar a real possibilidade de atendimento da demanda. Dessa forma, a vistoria tem como objetivo verificar as condições estruturais, operacionais, técnicas e organizacionais da oficina credenciada, com vistas a avaliar sua capacidade real de atendimento das demandas do Município e, assim, proceder à distribuição da demanda.

4. VERIFICAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

4.1 Instalações físicas

Área total do local é compatível com o volume de serviços

() Sim () Não

Observações: _____

Área coberta para guarda dos equipamentos

() Sim () Não

Observações: _____

4.2 Capacidade operacional

Capacidade de rotatividade de demanda para atendimento de chamados, com espaço adequado para execução dos serviços:

() Sim () Não

Observações: _____

Capacidade simultânea de atendimento:

Aparelhos de ar-condicionado: _____ unidades

Situação:

() Adequada

() Parcialmente adequada

() Inadequada



Observações: _____

5. ROTATIVIDADE E FLUXO OPERACIONAL

5.1 Volume médio de serviços

Quantidade média de equipamentos atendidos por mês: _____

Tempo médio de execução dos serviços:

Manutenção preventiva: _____ dias

Manutenção corretiva: _____ dias

Rotatividade observada:

- ☐ Alta
☐ Média
☐ Baixa

Observações: _____

Capacidade de atendimento em prazo compatível com a demanda pública:

- ☐ Adequada
☐ Parcialmente adequada
☐ Inadequada

Observações: _____

6. CONCLUSÃO DA VISTORIA

Após análise da estrutura física, equipamentos, equipe técnica, rotatividade, operacionalidade e capacidade de atendimento, conclui-se que a empresa:

- ☐ Está APTO ao atendimento da demanda do lote _____.
☐ Está APTO com ressalvas
☐ NÃO está APTO ao atendimento da demanda do lote _____.
Motivação: _____

Porto Seguro/BA, ____ de _____ de 2026.

Servidor Responsável
Portaria n. ***/2026